

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VANESSA FELIX DA SILVA

ANÁLISE DO DISCLOSURE AMBIENTAL: um estudo dos gastos com o meio ambiente na Empresa Natura S.A.

**SOUSA-PB
2015**

VANESSA FELIX DA SILVA

ANÁLISE DO DISCLOSURE AMBIENTAL: um estudo dos gastos com o meio ambiente na Empresa Natura S.A.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. MsC Janaina Ferreira Marques de Melo

**SOUSA-PB
2015**

VANESSA FELIX DA SILVA

ANÁLISE DO DISCLOSURE AMBIENTAL: um estudo dos gastos com o meio ambiente na Empresa Natura S.A.

Esta monografia foi dita como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Profa. Me. Janaina Ferreira Marques de Melo - Orientador

Prof^a Gianinni Martins - Membro

Prof Jean Sampaio - Membro

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Análise do disclosure ambiental: um estudo dos gastos com o meio ambiente na Empresa Natura S.A., estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 18 de novembro de 2015.

Vanessa Felix Da Silva
Orientanda

Porque o Senhor dá a sabedoria; da sua boca
é que vem o conhecimento e o
entendimento... pois quando a sabedoria
entrar no teu coração, e o conhecimento for
agradável à tua alma,
o bom siso te guardará e a inteligência te
conservará;
Provérbios 2.6,10 e11

Este trabalho é dedicado às pessoas que sempre estiveram ao meu lado pelos caminhos da vida, me acompanhando, apoiando e principalmente acreditando em mim: Meus pais Jones e Fátima, meu irmão Jefferson, meu esposo, Aryeuston Estrela e minha filha Maria Eduarda.

Dedico também a duas pessoas que sempre foram e serão exemplos de caráter e dignidade, sempre presentes na minha infância e adolescência: Meus avós Chico de Rosa e Ester Maria, (in memoriam).

“Vovô Chico e Vovó Ester, tenho certeza que de onde vocês estiverem, estarão felizes assim como nós. Vocês permanecerão eternamente em nossas lembranças e, principalmente em nossos corações”.

São todos muito especiais para mim. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Durante os últimos anos muitas pessoas participaram da minha vida. Algumas já de longas datas, outras mais recentemente. Dentre estas pessoas, algumas se tornaram muito especiais, cada uma ao seu modo, seja academicamente ou pessoalmente; e seria difícil não mencioná-las.

A Deus, o criador, que na sua infinita sabedoria deu-me o sustento e coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

A UFCG – Campus Sousa/PB, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, na certeza de que colocarei em prática os ensinamentos aprendidos, com ética e confiança.

Agradeço a minha professora orientadora Janaína Ferreira Marques de Melo que teve paciência e que me ajudou bastante a concluir este trabalho. Nossos diálogos foram fundamentais, pois desejei a sua participação desde o princípio.

Aos meus pais, Jones e Fátima, que me deram apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, e que apesar de todas as dificuldades, me fortaleceram. Tudo isso foi muito importante.

Agradeço também ao meu amado esposo, Aryeuston Estrela, companheiro de todas as horas, que de forma carinhosa me deu forças para seguir em frente, e me apoiou incansavelmente.

A minha filha, Maria Eduarda, um anjo que Deus me deu de presente, que iluminou de maneira especial, os meus pensamentos.

Aos meus amigos e familiares que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

As diversidades de produtos contribuíram com os impactos negativos ao meio ambiente, devido ao uso acelerado dos recursos naturais. Nesse sentido, as questões com a preservação ambiental tornou-se foco de preocupação entre a sociedade e as organizações, que, de modo geral, vêm evidenciando suas ações ambientais nos seus relatórios. A contabilidade ambiental possibilita aos gestores informações relevantes capazes de auxiliar no controle gerencial. Sob esse contexto, este estudo teve como objetivo geral Analisar as características do disclosure ambiental dos gastos na empresa Natura S.A. no período de 2011 a 2014, utilizando-se dos procedimentos metodológicos bibliográfico, descritivo e exploratório, através de um estudo de caso e documental (relatórios financeiros e administrativos da Natura). Para tanto, foi feita uma pesquisa detalhada nos Relatórios Anuais, de Sustentabilidade e do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bovespa, além de investigar as informações ambientais do site oficial da empresa e nos demonstrativos financeiros. Conforme resultados obtidos, a Natura tem constantes ações que buscam a preservação ambiental para utilização de recursos naturais. No entanto, a empresa não evidencia essas informações nos seus demonstrativos contábeis, já que não foi encontrado, principalmente no balanço patrimonial, dados relativos aos gastos ambientais. Encontra-se informações mais relevantes nos seus relatórios de sustentabilidade, com algumas características que apresentam o *disclosure* de informações ambientais dos gastos no período analisado, de forma clara e detalhada, tanto qualitativa como quantitativa, em atividades relacionadas ao uso ou consumo sustentável de produtos e serviços.

Palavras-chave: Índice Sustentabilidade Empresarial. Gastos Ambientais. Preservação Ambiental.

ABSTRACT

The product diversity contributed to the negative impacts on the environment, due to the accelerated use of natural resources. In this sense, the issues to environmental preservation has become the focus of concern among society and organizations, which generally come showing their environmental actions in their reports. Environmental accounting enables managers relevant information that can assist in management control. In this context, this study aimed to analyze the characteristics of environmental disclosure of spending on Natura SA in the period from 2011 to 2014, using the bibliographic methodological procedures, descriptive and exploratory, through a case study and documentary (financial and administrative reports Natura). To this end, a detailed study was made in the Annual Reports, Sustainability and Corporate Sustainability Index - ISE Bovespa, and to investigate the environmental information of the company's official website and in the financial statements. As results, the Natura has constant actions aimed at environmental preservation for use of natural resources. However, the company does not show this information in their financial statements, since it was not found, mainly in the balance sheet data on environmental expenditures. Is most relevant information on their sustainability reports, with some features that show the disclosure of environmental information in expenses in the period analyzed in a clear and detailed way, both qualitatively and quantitatively, in activities related to the use or sustainable consumer products and service

Keywords: Corporate Sustainability Index. Environmental spending. Environmental Preservation.

LISTA DE SIGLAS

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

NPC – Normas e Procedimentos Contábeis

RA – Relatório da Administração

NE _ Notas Explicativas

RS – Relatório de Sustentabilidade

GEE – Gases de Efeito Estufa

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema e Problema.....	13
1.2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	16
1.3 Justificativa.....	17
2 REFERENCIAL TEORICO.....	21
2.1 A Empresa e o Meio Ambiente	21
2.1.1 Desenvolvimento Sustentável.....	22
2.1.2 Gestão Ambiental	24
2.1.3 Normas Ambientais.....	25
2.2 A Contabilidade e a Responsabilidade Social	27
2.3 Contabilidade Ambiental.....	28
2.3.1 Ativo ambiental	31
2.3.2 Passivo Ambiental	32
2.3.3 Custos e Despesas Ambientais	33
2.4 Estudos Anteriores	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.1 Classificação da Pesquisa.....	38
3.2 Procedimentos e Análise dos Dados	39
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	43
4.1 Principais práticas ambientais da Natura.....	43
4.2 Nível de clareza da evidenciação ambiental da Natura	46
4.3 Análise horizontal dos gastos monetários com o meio ambiente.....	51
4.4 Análise da variação em percentual dos gastos ambientais da Natura	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERENCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento globalizado das empresas em virtude dos avanços tecnológicos e as diversidades de produtos, foram fatores que contribuíram com os impactos negativos ao meio ambiente, visto que houve um uso acelerado e não recuperado dos recursos naturais. Deste modo, gerou-se a necessidade em proteger a natureza, investigando recursos que possam reduzir a degradação ambiental para auxílio na prevenção, recuperação e reciclagem da mesma.

Contudo, por meio desta necessidade, esse tema se tornou nas últimas décadas, foco de muitas discussões, principalmente pelas empresas, que utilizam recursos naturais para produzir e, com isso, geram resíduos prejudiciais à natureza, decorrentes de suas atividades produtivas. Pode-se citar como um exemplo desses resíduos, os gases poluentes gerados pela atividade, causando o efeito estufa e degradando o meio ambiente.

Entende-se que muitas das situações provocadas pelo uso descontrolado dos recursos naturais ocasionam acidentes ambientais, sendo, estes, capazes de produzir pontos negativos tanto para a organização como para a sociedade. No Brasil, segundo Carvalho (2008), a questão ambiental foi intensificada na década de 60 por meio de um intenso crescimento urbano, como também na década de 70, através da crise do petróleo. Estas questões geraram reflexões sobre o tema, buscando refletir o futuro do meio ambiente, envolvendo opiniões políticas e sociais, criando o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, as questões com a preservação ambiental tornou-se foco de preocupação entre a sociedade e as organizações, sendo necessária uma conscientização, levando em consideração a escolha de processos produtivos mais modernos, eficientes e menos agressivos ao meio ambiente. Assim, a responsabilidade social relacionada à sustentabilidade tornou-se nos últimos anos um padrão de comportamento desejável na sociedade.

Conforme Amarante (2008), nos últimos anos, as organizações têm se preocupado cada vez mais com questões ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis, por meio de atitudes socialmente corretas e, de forma estratégica relacionada à gestão da responsabilidade social, tratando de assuntos como meio ambiente. De acordo com esse autor, para que uma empresa seja bem sucedida, a mesma deve conviver com a

comunidade onde atua, incorporando na sua cultura o bem estar da sociedade, associado ao crescimento da própria organização.

Godoi (2011) explica que nos últimos anos o elevado impacto ambiental relacionado ao cenário econômico vem induzindo as empresas a prestarem mais atenção quanto à sua conduta ambiental, no intuito de reduzir as indenizações e/ou penalidades ocasionadas pelos danos ao meio ambiente oriundos de suas atividades operacionais. Nesse sentido, as questões ambientais passaram a fazer parte dos processos administrativos das organizações, tornando-se matéria de discussão nas reuniões administrativas, buscando mostrar ao mercado que suas práticas produtivas não causam danos ambientais.

Tratando-se da contabilidade na conjuntura ambiental, torna-se necessário desenvolver formas de evidenciar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente, assumindo o papel de divulgação dos custos e investimentos relacionados à sua gestão ambiental.

Para Ludícibus (2009), as empresas podem adotar várias formas de evidenciação, devendo fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários da contabilidade. Conforme o autor, existem vários métodos para se realizar a evidenciação, entre eles: a apresentação das demonstrações contábeis; as notas explicativas; os quadros e demonstrativos suplementares; o relatório da diretoria, entre outros.

Neste contexto, pode compreender que a evidenciação dos custos ambientais pode ser realizada por meio dos procedimentos contábeis, no intuito de mensurar ações nas contas do ativo e do passivo ambiental, relacionado aos investimentos e receitas, bem como as obrigações, custos, impostos e multas derivadas da gestão ambiental. Assim, a contabilidade pode ser utilizada como uma grande fonte de informação, com o objetivo de auxiliar, por meio de dados úteis, no controle gerencial como também no processo decisório (SILVA ET AL, 2013).

Conforme as Normas e Procedimentos de Auditoria, a NPA 11 – Balanço e Ecologia foram criados em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), que estabeleceu as ligações entre o meio ambiente e a contabilidade, que, por sua vez, foi incumbida de participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição, as agressões à vida humana, e a natureza (RIBEIRO, 2010).

Outro indicador relevante para a contabilidade e a gestão ambiental é o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que auxilia na gestão ao comparar o desempenho sustentável das empresas. Realizam-se comparativos de todos os relatórios financeiros das organizações, por meio de uma metodologia que avalia a atuação das empresas sob os diferentes aspectos, baseando-se na eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, com adoção de práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável.

O ISE tem como objetivo o de criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade, estimulando a responsabilidade ética além de servir como indutor de boas práticas ambientais que devem ser desenvolvidas pelas empresas brasileiras. Sua atuação reflete as carteiras compostas por ações das empresas que possuem os melhores desempenhos em todas as dimensões de sustentabilidade (ISE, 2015).

Diante do exposto, o desenvolvimento dos negócios de forma globalizada, com diversidades de produtos oriundos da natureza, originou-se do uso de recursos naturais de forma não controlada, trazendo os impactos negativos ao meio ambiente. Deste modo, as pressões da sociedade como um todo, geraram reflexões e estudos para preservar a natureza, minimizando os impactos ambientais principalmente das atividades industriais, que utilizam dos recursos naturais.

Para tanto, as empresas de um modo geral, devem se conscientizar de suas obrigações ambientais, e buscar através dos procedimentos contábeis a evidenciação e a mensuração das ações ambientais, deixando claros seus investimentos, obrigações e gastos com o meio ambiente.

1.1 Tema e Problema

Por ser a Contabilidade um instrumento de registro, controle e interpretação das informações, a mesma foi segmentada no intuito de evidenciar as ações que as empresas estão tomando no campo ambiental. Assim, a preservação e recuperação do meio ambiente são demonstradas através da Contabilidade Ambiental, que por sua vez, tem por finalidade coletar, mensurar e evidenciar os gastos e investimentos ambientais com o objetivo de auxiliar os gestores no processo decisório.

A partir desse contexto, pode-se definir contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das instituições, com objetivo de fornecer aos usuários internos e externos informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, além de identificá-los, mensurá-los e evidenciá-los (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2011, p.2).

Nesse sentido, para que uma empresa seja ambientalmente responsável, essa deve gerenciar suas atividades a fim de minimizar os impactos negativos que possivelmente venha ocorrer ao meio ambiente, buscando divulgar as informações ambientais através de suas demonstrações contábeis ou em relatório anual, além do relatório de sustentabilidade, que no momento é a principal ferramenta de divulgação das informações ambientais das empresas no Brasil.

No que tange à contabilidade, esta fornece dados úteis que auxiliam no gerenciamento das empresas, de forma que estas possam garantir sua continuidade. Deste modo, este auxílio também é útil para o gerenciamento das informações ambientais.

A contabilidade não vai resolver os problemas ambientais, mas tem a capacidade de fornecer informações que podem ajudar na procura de soluções. A contabilidade ambiental é aplicada em todas as fases do empreendimento e suas aplicações podem ser divididas da seguinte forma: preventivas, corretivas, de remediação e proativas (NAUJACK; FERREIRA; STELA, 2011, p.2).

Os autores mencionam que a contabilidade em si não resolve os problemas ambientais, todavia, é um recurso de controle que auxilia na tomada de decisão dos gestores, principalmente quando se está avaliando os investimentos, obrigações e gastos ambientais.

Ribeiro (2010, p.45) explica que a contabilidade ambiental objetiva “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental [...], visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”.

Assim, essa área surge da necessidade de contabilizar os benefícios e prejuízos causados por uma organização, na elaboração de um produto ou numa prestação de um serviço, que trazem impacto ao meio ambiente, auxiliando nas decisões sobre preservação da natureza e contribuição com o desenvolvimento econômico de forma sustentável.

Nesse sentido, de acordo Silva, Melo e Barbosa (2013), a contabilidade passou a ser reconhecida como um método de comunicação interna das empresas, de forma que seus

dados são utilizados para auxiliar a administração no crescimento do negócio. Destarte, observa-se a criação de ramificações, como a contabilidade ambiental, que surgiu na medida em que as organizações necessitavam de informações relacionadas ao meio ambiente e, serve para mensurar, no ativo ou no passivo, qualquer fato que envolva os recursos naturais.

A necessidade de mensurar os fatos empresariais relacionados a elementos ambientais é conhecida como evidenciação ambiental ou *disclosure* ambiental. No entanto, a informação ambiental só é evidenciada voluntariamente quando existe a possibilidade de retornos para a empresa (RAFFAELLI ET AL. 2014).

Com base na relevância do *disclosure* ambiental, verifica-se a importância dos registros de forma transparente nos seus ativos, passivos e principalmente nos seus gastos (custos e despesas) ambientais, no intuito de controlar, preservar e recuperar possíveis danos causados a natureza, cumprindo com suas obrigações, como impostos e multas, provenientes da gestão ambiental, principalmente relacionados à restauração de áreas contaminadas.

A responsabilidade pelos impactos causados à natureza gera custos adicionais para as empresas e estes devem ser contabilizados e evidenciados nas demonstrações Contábeis, pois são fatos que repercutem no seu patrimônio. [...] O não reconhecimento do passivo ambiental pode comprometer a continuidade da empresa como também a qualidade da informação prestada à sociedade e aos investidores (SILVA; CARVALHO, 2011, p.2-3).

Nesse contexto, as questões com a preservação ambiental tornou-se foco de preocupação na sociedade, principalmente tratando-se de empresas cujas atividades produtivas geram gases e resíduos poluentes ao meio ambiente, como também utilizam de recursos naturais na fabricação de seus produtos.

No entanto, nem todas as empresas costumam divulgar as informações ambientais de forma voluntária, e quando divulgam é por consequência de existências legais. Por outro lado, nas Normas de Procedimentos Contábeis - NPC 11 determina que nas demonstrações contábeis e nos relatórios da administração das empresas evidenciem as ocorrências ecológicas executadas pela empresa, por meio de metas determinadas pelos gestores.

No segmento de cosméticos é possível verificar o crescente envolvimento industrial relacionado à responsabilidade socioambiental, já que a busca por uma consciência

ambiental representa um fator importante para o estímulo relacionado as atitudes de responsabilidade ambiental na sociedade (DAMIAN; TAMASHIRO; OLIVEIRA, 2009).

Expostos esses entendimentos, a escolha do objeto em estudo, a empresa Natura S.A., se deu por se tratar de uma empresa que possui atividades que poluem o meio ambiente, e que possivelmente venha gerar impactos ambientais.

Conforme a lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000, dentre as atividades de Alto Impacto Ambiental, podem-se citar as indústrias químicas, onde a empresa Natura está inserida, pois compreende a fabricação de perfumarias e cosméticos, considerados produtos de uso pessoal.

Contudo, esta pesquisa buscou identificar problemas ligados ao controle ambiental e que está relacionada, conseqüentemente, a contabilização nos demonstrativos e relatórios gerenciais da empresa Natura S.A., com foco nas informações relacionadas aos gastos de natureza ambiental. Assim, este trabalho procura responder o seguinte problema de pesquisa: **Quais as características que apresentam o *disclosure* de informações ambientais dos gastos da empresa Natura S.A., no período de 2011 a 2014?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as características do disclosure ambiental dos gastos na empresa Natura S.A. no período de 2011 a 2014.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar nas práticas ambientais, as variáveis de investigação ambiental dos gastos ambientais, baseados no Questionário ISE;
- Verificar nos documentos de análise, como pode ser classificada a evidenciação ambiental da Natura S.A., conforme preconiza Freitas e Strassburg (2007);
- Mensurar a evolução (em percentual) dos gastos ambientais encontrados, por meio de uma análise horizontal;
- Verificar a proporção entre gastos ambientais e as despesas operacionais totais no período de análise.

1.3 Justificativa

A preocupação com relação ao impacto ambiental ocasionado das mais diversas atividades empresariais tem sido crescente nas últimas décadas. Nota-se cada vez mais a presença de representantes da sociedade como: clientes, fornecedores e governo exigirem das empresas, atitudes relacionadas com a preservação ambiental. Assim, as mesmas se viram obrigadas a incluir nas suas metas as práticas de gestão ambiental, principalmente relacionadas à sustentabilidade.

Devido à preocupação ao tema “sustentabilidade”, nos últimos anos, estudar a evidenciação de informações ambientais tornou-se um meio possível de acompanhar quais medidas que as organizações estão tomando para equilibrar as perdas ambientais decorrentes das atividades operacionais. Diante desse fato, surge a necessidade um grande número de informações para que existam mais detalhes da relação das empresas com o meio ambiente, podendo ser preenchida via evidenciação ambiental (MELO; OLIVEIRA, 2014, p.20).

O surgimento da contabilidade ambiental decorreu da necessidade de registrar os fatos ambientais juntos às evidenciações contábeis das organizações, relacionada a um conjunto de informações que demonstram de forma econômica as atividades de uma empresa, envolvendo o meio ambiente e alterando seu patrimônio. Destarte, se faz necessário à contabilização das informações ambientais nas demonstrações financeiras, pela viabilidade em oferecer subsídios adequados referentes às características de uma gestão ambiental, que possam contribuir com o desenvolvimento econômico e sustentável da empresa.

Carvalho (2008), explica que quando as organizações evidenciam informações ambientais, além da questão da responsabilidade, ética, e respeito com o meio ambiente. Estas estão assumindo uma posição de destaque perante a sociedade, e, com isso, poderá gerar bons resultados em suas atividades, quanto ao uso dos recursos naturais (renováveis e não renováveis).

Conforme Amarante (2008) deve-se observar que a natureza passa a ser entendida como todos os sistemas dinâmicos energéticos, físicos e bióticos, que formam e dá vida ao Planeta Terra. Sendo assim, a natureza é uma fonte de recursos importante para a sobrevivência da sociedade.

Percebe-se que a conscientização das empresas se torna uma variante relevante nas mudanças de comportamento organizacional e social, já que instituições privadas estão se manifestando positivamente para contribuir com a preservação da natureza. Nesse sentido, as informações ambientais podem se dá através dos procedimentos contábeis relacionados à área ambiental, que buscam mensurar ações nas contas do ativo e também do passivo ambiental, apresentando os investimentos, obrigações, receitas, custos, impostos e multas provenientes da gestão ambiental.

Sabe-se que os custos ambientais são ocasionados muitas vezes de uma avaliação ambiental, como também de impostos exigidos pela regulamentação ambiental, relacionados à proteção ou recuperação da natureza, no qual a empresa busca diminuir a poluição e os resíduos gerados pela sua produtividade. No entanto, tais gastos podem ser reduzidos, ou eliminados, por meio de uma boa gestão administrativa, de forma eficaz (ROVER ET AL. 2008).

Observa-se, que nas últimas décadas houve um aumento significativo na quantidade de empresas que publicam suas práticas socialmente responsáveis nos seus relatórios contábeis, especialmente as organizações no setor industrial, que está cada vez mais envolvido com a transparência de suas informações socioambientais. Assim, a conscientização ambiental torna-se uma variante importante nas mudanças de comportamento organizacional, e as empresas de um modo geral, estão se manifestando positivamente para contribuir com o desenvolvimento econômico sustentável.

Verifica-se que a contribuição das empresas relacionadas com a preservação ambiental, tem o apoio e a orientação do ISE. Atualmente, com o lançamento da edição 2015, sua carteira comemora seus 10 anos, confirmando a solidez conquistada por este índice no mercado de capitais brasileiro (ISE, 2015). Dessa forma, o número de empresas que autorizaram a abertura das respostas do questionário representa 85% do total da nova carteira de 2015, dentre estas se encontra a empresa Natura, objeto deste estudo.

Diante desses fatos, verifica-se que estudos que possam envolver aspectos relacionados ao meio ambiente podem ser considerados relevantes na busca pela conscientização das organizações. Nesse caso, a justificativa deste estudo no que concerne à empresa estudada, segundo Imirante (2013), está no fato da empresa Natura ter sido considerada a maior empresa de cosméticos do Brasil e a segunda mais sustentável do mundo nos anos de 2012 e 2013.

A empresa de consultoria *Corporate Kinghts*, que é um grupo canadense de produtos financeiros, mídia e pesquisa, analisou em 2013, quatro mil empresas de médio e grande porte em 22 países para elaboração do *Ranking* Global 100, baseando-se em indicadores de ações sustentáveis (quantidade emitida de CO₂, uso racional de energia e água e tratamento adequado do lixo), que nesta análise aparece como destaque, a empresa Natura S.A., pois nos últimos anos contribuiu com o meio ambiente por meio de atividades sustentáveis.

A empresa é a maior fabricante brasileira de cosméticos e líder no setor de venda direta no país. Ela recebeu esse reconhecimento pela quarta vez. Em 2010, primeiro ano em que fez parte da lista, ocupou o 99º lugar. Em 2011 ocupou a 66ª posição e, em 2012, entrou para o seleto grupo das mais sustentáveis do mundo, com a obtenção da 2ª classificação. Em 2013, repete a 2ª colocação alcançada no anterior e registra a porcentagem de 73,78% no *ranking* geral de avaliação. A primeira colocada na edição 2013 do *ranking* é a Umicore, empresa belga de materiais de tecnologia, metalurgia e químicos. A Natura é, portanto, a empresa mais sustentável do Hemisfério Sul, segundo o Global 100 (IMIRANTE, 2013).

Nesse sentido, esta pesquisa se torna relevante para a Ciência Contábil pelo fato de analisar as práticas contábeis ambientais da empresa Natura Cosméticos S.A., uma vez que, a realização de estudos dessa natureza se faz necessário, como um processo de transparência perante a sociedade, os investidores, o governo e todo o público de interesse, possibilitando o reconhecimento dos custos e das despesas ambientais, relacionadas a sua atividade, bem como as possíveis ações ambientais realizadas por essa empresa, elencando elementos relacionados aos problemas ambientais.

Sabe-se da relevância do reconhecimento e registro dos custos ambientais, já que tais fatos interferem na continuidade das organizações. Assim, é necessário considerar que gastos direcionados à recuperação de danos causados ao meio ambiente devem ser contabilizados no exercício em que ocorreu o fato gerador, provisionando-os durante o período da produção. Quanto aos custos da preservação e/ou eliminação da poluição devem ser alocados como custos necessários à produção da receita do período (ROSSATO; TRINDADE; BRONDANO, 2009).

Outro fator que justifica o estudo na empresa Natura é por pertencer a uma atividade de alto impacto ambiental, conforme Lei 10.165, conforme quadro 1.

QUADRO 1

Atividades de Alto Impacto Ambiental (potencial de poluição e utilização de recursos)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Extração e Tratamento de Minerais	Pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.
INDÚSTRIA METALÚRGICA	Fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cimentação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.
INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE	Fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.
INDÚSTRIA DE COUROS E PELES	Secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.
INDÚSTRIA QUÍMICA	Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos ; produção de álcool etílico, metanol e similares.
TRANSPORTE, TERMINAIS, DEPÓSITOS E COMÉRCIO.	Transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.

Fonte: Adaptado da Lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000 (**grifo nosso**).

Diante do exposto, a importância do tema deriva do crescente envolvimento industrial relacionado à responsabilidade socioambiental, já que a busca por uma consciência ambiental representa um fator importante para o auxílio do estímulo relacionado às atitudes de responsabilidade ambiental na sociedade. Assim, o presente trabalho se justifica por buscar informações relevantes sobre os custos e os investimentos ambientais que são evidenciadas por essa indústria.

Justifica-se também pelo fato de que estudos, que possam envolver aspectos relacionados ao meio ambiental, podem ser considerados relevantes na busca pela conscientização das indústrias com a preservação da natureza, bem como em futuros estudos sobre a temática, por mostrar possíveis métodos e práticas utilizadas pela empresa em análise, relacionados à evidenciação voluntária e contabilização dos possíveis eventos ocorridos quanto aos recursos naturais.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 A Empresa e o Meio Ambiente

A empresa está inserida num meio globalizado, envolvendo-se de forma direta ou indireta com os diversos organismos sociais e ambientais, sendo necessário conhecer as variáveis que influenciam no processo decisório, pois só assim a organização pode se desenvolver num ritmo que permita bons retornos.

O ambiente funciona como um campo dinâmico de forças que interagem entre si provocando mudanças e influências diretas e indiretas sobre as organizações. Essas procuram aproveitar as influências positivas, embarcando nas oportunidades que surgem, e procuram amortecer e absorver as influências negativas ou simplesmente adaptar-se a elas. [...] Assim, o ambiente é uma fonte de recursos e oportunidades de onde a organização extrai os insumos necessários ao seu funcionamento e subsistência. Mas é também uma fonte de restrições, limitações, coações, problemas, ameaças e contingências para a sua sobrevivência (CHIAVENATO, 2010, p.80).

Compreende-se que o desenvolvimento econômico vem transformar o meio em que se vivem as empresas, precisando, as mesmas, buscarem métodos e procedimentos de evitar os desgastes do meio ambiente. Assim, para a empresa não basta apenas à procura incessante por lucratividade e crescimento, devendo considerar as questões sociais e ambientais envolvidas no contexto empresarial. Pois, esses são fatores que podem desencadear situações inesperadas para a empresa, bem como interferências que atingem a sociedade e também todos os segmentos comerciais, independente do porte ou lucratividade.

Nesse sentido, entende-se que a responsabilidade empresarial com o meio ambiente tornou-se cada vez mais evidente, verifica-se que existe uma busca constante por condições mais favoráveis por meio de ideias mais sustentáveis.

Cordeiro e Chaves (2009, p.1) explicam que “a preocupação com o meio ambiente tornou-se um tema de várias discussões [...] fazendo com que a sociedade se preocupe com a qualidade de vida das gerações futuras e com o aumento da poluição ambiental no mundo”.

No mundo dos negócios, há algumas décadas, muitas empresas começaram a pensar sobre essa questão "meio ambiente" e associar a imagem (marca) de seu empreendimento com ações voltadas para a responsabilidade socioambiental. Na prática, essa associação relacionada a produtos e serviços apresentados pelas empresas tornou-se uma forma criativa e inovadora de gestão empresarial e de marketing, que visa passar aos consumidores/clientes um posicionamento de ética e transparência da organização (MELLO, 2010, p.1).

Silva e Lima (2013) acrescentam que nas últimas décadas, houve uma maior exigência da sociedade, bem como da política e da economia, oriunda dos diversos debates sobre a preservação da natureza, que provocou transformações nas relações entre empresas e meio ambiente para que essas tenham uma conduta ambiental mais responsável.

Diante desses fatos, compreende-se que as organizações devem se conscientizar da importância em desenvolver suas atividades voltadas para a responsabilidade socioambiental, de forma criativa e inovadora. Buscando evidenciar a transparência e ética na sua gestão empresarial relacionada com as ações que envolvam o meio ambiente. Surgindo, com isso, o conceito de desenvolvimento sustentável, que busca evitar os impactos produzidos pelas atividades empresariais.

2.1.1 Desenvolvimento Sustentável

As mudanças nos padrões de consumo e a preocupação com os recursos naturais vêm modificando o estilo de administrar das empresas. Isso ocorre pela efetiva importância que a sociedade dá à preservação do meio ambiente. Nesse sentido, é necessário que a sociedade e as empresas, de um modo geral, tenham conscientização das necessidades de preservar o meio ambiente de forma adequada para que no futuro a população possa usufruir desses recursos com tranquilidade.

Assim, buscou-se em diversos países discutir sobre os problemas ambientais ocasionados pelas atividades empresariais, no intuito de obter um equilíbrio sobre os efeitos poluidores. Por meio de tais fatos, foi criado um modelo de desenvolvimento sustentável, como explicam Nagata, Vieira e Silva (2010, p.2):

O crescimento desordenado da população e o mau uso dos recursos naturais causaram vários impactos ambientais, sociais e econômicos ao longo dos anos. A fim de minimizar tais problemas, foram desenvolvidos projetos mundiais como o relatório de Brundtland, ECO-92, Agenda 21, Carta da Terra e MDM – Metas do Desenvolvimento do Milênio e Pacto Global. Estes conceitos orientam as organizações à prática de uma gestão responsável, considerando a relação ética e transparente com todos os públicos – *stakeholders*: clientes, consumidores, fornecedores, acionistas – que se relacionam com a empresa para o desenvolvimento sustentável do seu negócio e da sociedade, preservando os recursos ambientais e humanos para as gerações futuras proporcionando diversos benefícios para sociedade e organizações.

Barbosa (2008, p.1) ainda acrescenta que esse “termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, [...] perante a crise social e ambiental [...] a partir da segunda metade do século XX”. Sendo, tal conceito originado na Agenda 21, por meio na Conferência Rio 92, com o objetivo de atender as necessidades da atualidade sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Nesse sentido, para esse autor (*op cit*, 2008), o desenvolvimento sustentável está relacionado com o desenvolvimento social, econômico e a preservação ambiental. De modo que, envolvem parâmetros como a inclusão social, bem como a ecoeficiência e a justiça socioambiental, como pode ser observado na FIGURA 1.



FIGURA 1 - Os parâmetros que constituem o Desenvolvimento Sustentável
Fonte: Barbosa (2008, p.5).

Nesse contexto, entende-se que a sustentabilidade está relacionada a questões ambientais e gera a necessidade de criar planejamentos voltados ao desenvolvimento sustentável, através de obrigações legais que objetivam uma sociedade sustentável, por meio de projetos que possibilitem modelos de preservação da riqueza ambiental e também o crescimento empresarial.

Diniz (2011) corrobora com esse raciocínio quando explica que a ideia do desenvolvimento sustentável está relacionada com as questões econômicas e as questões socioambientais, no intuito de garantir que as produções industriais não esgotem os recursos naturais, bem como não agredam o meio ambiente. Esse autor ainda menciona que, as atividades operacionais das organizações devem ser desenvolvidas levando em consideração tanto a preservação ambiental como também o crescimento econômico.

Observa-se que a sustentabilidade é necessária para a sobrevivência e continuidade do ser humano, de forma que os recursos naturais devem ser utilizados com consciência, buscando preservar e recuperar o meio ambiente. Com isso, é fundamental o desenvolvimento da economia através de novas políticas, no sentido de orientar projetos direcionados com a proteção da natureza, evitando que a cada dia a mesma fique mais escassa.

2.1.2 Gestão Ambiental

A sociedade vem sendo cada vez mais exigente com relação às atividades empresariais que possivelmente prejudicam o meio ambiente, já que os consumidores se tornam atraídos pelas empresas socialmente corretas, principalmente que investem na preservação da natureza. Assim, é necessário que as organizações desenvolvam uma postura socialmente responsável através de uma gestão que contribua com a redução dos impactos ambientais. Nesse sentido, Melo e Oliveira (2014; p. 32) explicam que:

[...] a gestão ambiental dispõe de subsídios técnicos, logísticos e administrativos, possibilitando às organizações um desenvolvimento eficaz e eficiente em suas atividades operacionais, maximizando seus lucros, executando políticas de responsabilidade social em parceria com as comunidades e extraindo da natureza os recursos necessários para a realização de seus interesses, procurando reduzir ou eliminar os impactos negativos causados ao meio ambiente, estando cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho mais satisfatório em relação ao meio ambiente.

Entende-se que é através da gestão ambiental que a empresa pode visualizar seus impactos no meio ambiente, relacionando um conjunto de procedimentos que envolvem as demais atividades empresariais para que estas causem o menor impacto possível sobre a natureza. E com isso, a organização possa utilizar-se dos recursos naturais de forma mais

consciente, no intuito de criar projetos que permitam o controle dos impactos das atividades produtivas aumentando a sua eficiência.

Ribeiro (2010) comenta que a gestão ambiental pode ser entendida como um conjunto de práticas administrativas que envolvem a proteção do meio ambiente através da minimização de impactos ambientais. Segundo Minatto (2012), compreendem-se tais práticas como as atividades de planejamento, direção, controle e a alocação de recursos que auxiliam no alcance de resultados positivos para o meio ambiente. Para Silva e Lima (2013, p.9), "a prática da gestão ambiental caracteriza-se como uma importante ferramenta para se estabelecer uma melhoria da qualidade da relação entre a sociedade e o meio ambiente".

Entende-se, assim, que a gestão ambiental é o processo que dá suporte as ações desenvolvidas pela empresa a fim de minimizar impactos ambientais e é evidenciada pela contabilidade ambiental. No entanto, se faz necessária para a continuidade das organizações, ficando evidente que qualquer sistema de controle ambiental só será eficaz com o conhecimento dos gestores a cerca da empresa e do meio ambiente. De forma a adotar ações positivas ao meio ambiente, utilizando-se dos seus recursos naturais, sem causar danos.

2.1.3 Normas Ambientais

A legislação brasileira criou algumas normas e leis que regem sobre a gestão ambiental, no intuito de evitar a escassez do meio ambiente. Tendo como objetivo, orientar e controlar as atividades organizacionais, estas, por sua vez, passaram a dar mais atenção as exigências governamentais quanto ao uso dos recursos naturais, buscando identificar e mensurar os mesmos, o que proporciona informações mais apuradas que auxiliam na tomada de decisões gerenciais, bem como destacando o quanto a empresa está investindo em ações para a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, entre essas leis, destaca-se a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a política do meio ambiente, na qual estabelece que a organização é obrigada a indenizar danos ambientais oriundas de suas atividades, independentemente da culpa. Assim, verifica-se que tal lei objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental favorável à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento sócio - econômico, como pode ser observado em seu art. 2º.

Outra Lei é a de nº 9.605, constituída em 12 de fevereiro de 1998, que se refere aos Crimes Ambientais, estabelecendo às infrações e punições para as empresas que causam danos ambientais. Observa-se em seu art. 6º, quanto a imposição e gradação da penalidade, estas deverão ser aplicadas em conformidade com a gravidade do fato e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.

Algumas outras leis também buscam a proteção e preservação do meio ambiente, entre elas: Lei nº 6.766/1979, que trata do Parcelamento do Solo Urbano e estabelecendo regras para loteamentos urbanos, buscando preservar áreas de preservação ecológicas; a Lei nº 6.902/1981, relacionada à proteção de áreas Ambientais, na qual determina limites representativos de ecossistemas brasileiros, sendo que 90% não devem ser tocadas e 10% podem ser alteradas para fins de pesquisas científicas. Destacando-se também a lei do IBAMA (Lei nº 7.735/1989 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), constituída pela Secretaria Especial do Meio Ambiente e pelas agencias federais, sendo direcionada a atividades relacionadas a pesca, ao desenvolvimento florestal e borracha, atuando na conservação bem como na fiscalização dos recursos naturais.

QUADRO 2

Leis referentes à proteção do Meio Ambiente

Ação Civil Pública 7.347/1985: Trata da ação civil publica de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.
Agrotóxicos 7.802/1989: Regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem.
Atividades Nucleares 6.453/1977: Estabelece a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares.
Crimes Ambientais 9.605/1998: Reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições.
Engenharia Genética 8.974/1995: Esta lei estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos modificados (OGM) , até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente.
Exploração Mineral 7.805/1989: Esta lei regulamenta as atividades garimpeiras, sendo obrigatória a licença ambiental prévia, concedida pelo órgão ambiental competente.
Fauna Silvestre 5.197/1967: Identifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, entre outros.
Florestas 4.771/1965: Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória)
Patrimônio Cultural decreto-lei 25/1937: Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana.
Política Agrícola 8.171/1991: Coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora, entre outros.
Recursos Hídricos 9.433/1997: Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação.
Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição 6.803/1980: Atribui aos estados e municípios o poder de estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo o Estudo de Impacto Ambiental.

Fonte: Portal Planeta Orgânico (2015)

Várias outras normas ambientais podem ser encontradas no Portal Planeta Orgânico (2015), podendo observar 17 leis que garantem a preservação ambiental do Brasil, no qual se destaca algumas delas como pode ser observado no QUADRO 2.

Verifica-se que ambas as leis destinam-se a preservação e/ou recuperação do meio ambiente, no intuito de evitar a escassez dos recursos naturais. Nesse sentido, as empresas devem gerenciar suas atividades por meio de estratégias que garantam a conformidade com as normas ambientais, através da implantação de programas de prevenção à poluição e a adaptação dos produtos às especificações ecológicas, com base em sua sustentabilidade.

2.2 A Contabilidade e a Responsabilidade Social

Por meio da responsabilidade social as empresas assumem uma nova atitude, incluindo nas suas atividades econômicas e financeiras a um novo conceito relacionado a sua função ética e social. Induzindo a organização em reduzir os efeitos negativos ocasionados ao meio ambiente, oriundo dos seus processos produtivos, buscando assim, a preservação dos recursos naturais.

Sob a percepção de Tinoco (2008, p. 116) a responsabilidade social pode ser entendida como:

[...] o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes integrantes da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa ainda a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advinda da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade.

Observa-se que a responsabilidade social visa contribuir para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, no qual todas as empresas se preocupam com o bem-estar social. Adotando uma gestão socialmente responsável, por meio de ações empresariais que estimulam o desenvolvimento da população direcionadas aos indivíduos, governo, entre outros interessados.

De acordo com Amarante (2008), uma empresa bem sucedida deve conviver com a comunidade onde atua, pois é nela que encontram empregados, clientes e fornecedores. O

exercício da responsabilidade socioambiental incorpora na cultura da mesma o bem estar da sociedade e o crescimento da organização. E a Contabilidade sendo um instrumento de registro, controle e interpretação das informações, passou a evidenciar as ações relacionadas ao campo socioambiental.

Entende-se que os aspectos ligados ao meio ambiente e a contabilidade assumiram proporções enormes dentro da sociedade e das organizações, tornando-se uma questão de extrema importância e de responsabilidade social para a organização, pois o cuidado com o meio ambiente e a conscientização é necessário para o desenvolvimento não só social, mas econômico também.

Assim, a Contabilidade que é um instrumento de registro, controle e interpretação das informações, possibilita evidenciar as ações que as empresas estão tomando no ambiente em que está inserida. Tinoco (2008) explica que os dados relacionados com a responsabilidade social de uma empresa, podem ser registrados tanto nos demonstrativos como em relatórios contábeis, com o objetivo de auxiliar os gestores a tomarem suas decisões quanto ao meio ambiente, buscando reduzir as agressões socioambientais.

Nesse sentido, a divulgação de informação ambiental assume cada vez mais importância dentro das organizações e, pode ser feita através de informações nas demonstrações contábeis ou em relatórios anuais, divulgando a responsabilidade socioambiental por meio de uma correta mensuração dos impactos socioambientais e dos seus reflexos tanto para a empresa como para a sociedade.

Diante deste cenário, surgiu a Contabilidade Ambiental, que objetiva contabilizar e evidenciar os prejuízos causados na natureza pelas atividades de produção, no intuito de auxiliar as organizações com informações essenciais para que se criem estratégias que reduzam os problemas ambientais, bem como a sua recuperação e/ou reciclagem. Nesse sentido, a mensuração deve ser realizada por meio de ativos e passivos ambientais, evidenciando também os custos decorridos dos danos causados ao meio ambiente.

2.3 Contabilidade Ambiental

Os impactos ambientais provenientes da intervenção humana ao meio ambiente se tornam cada vez mais visíveis pela sociedade. No entanto, percebe-se que a conscientização

ambiental gerou mudanças de comportamento, tanto organizacional como social, já que instituições privadas e públicas buscam contribuir com o desenvolvimento econômico, sustentável e principalmente com a conservação do meio ambiente.

Entende-se que na contabilidade ambiental é possível registrar e publicar fatos ambientais, no intuito de contribuir com as tomadas de decisões dentro da organização, e auxiliem nas ações relacionadas à preservação dos recursos naturais. Uma vez que, a degradação ambiental tornou-se foco de discussões entre organizações, que por sua vez, possui papel fundamental na prevenção e recuperação do meio ambiente.

Sob esse entendimento, Kraemer (2004, p.3) define a Contabilidade Ambiental como “a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto ou serviço pode trazer ao meio ambiente”. A autora ainda comenta que “uma empresa que reconhece suas responsabilidades ambientais deverá diminuir seu risco financeiro futuro resultante de incidentes ambientais”. Já que esse tipo de contabilidade fornece dados relevantes que podem auxiliar na procura por soluções relacionadas aos problemas ambientais.

Assim, quanto às questões ambientais, Tinoco e Kraemer (2008) explicam que, os gestores devem considerá-las nos sistemas de gestão e da contabilidade, no intuito de reconhecer nas atividades empresariais a contabilidade ambiental. Os autores ainda mencionam que é por meio de relatórios ambientais que as empresas descrevem e divulgam o seu desempenho ambiental, sendo possível identificar possíveis danos ao meio ambiente, ocasionado quase sempre por suas ações produtivas.

Os relatórios ambientais têm por finalidade divulgar informações resultantes da interação da empresa com o meio ambiente, funcionando como instrumento de diferenciação no mercado, possibilitando que as empresas providenciem informações relativas ao desempenho, estratégias, programas de investimento, etc., como também buscam apresentar dados que objetivam fornecer aos usuários informações pertinentes a transparência empresarial, que refletem na divulgação de seu desempenho ambiental perante o mercado (MELO; OLIVEIRA, 2014, p.52).

Observa-se que a contabilidade ambiental acompanha o controle das atividades empresarias relacionadas ao meio ambiente, no intuito de auxiliar no processo decisório que contribuam com a preservação e/ou recuperação dos recursos naturais. Buscando divulgar informações sociais e ecológicas, que refletem os impactos organizacionais e sociais, possibilitando uma transparência nas atividades empresarias.

A contabilidade ambiental provoca benefícios potenciais á indústria e á sociedade, entre outros: identifica, estima, aloca, administra e reduzem os custos, particularmente os ambientais; permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e água; fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 14).

Assim, percebe-se a necessidade das empresas em identificar e registrar as informações ambientais nas suas demonstrações contábeis. Já que, esse tipo de contabilidade tem como objetivo principal acompanhar o controle das atividades organizacionais que envolvam a utilização dos recursos naturais, contribuindo, assim, com a gestão ambiental.

Kraemer (2004) explica que surgiram várias inovações através dessa contabilidade, entre elas a definição do custo ambiental e a forma de mensurar o passivo ambiental (este, relacionado a multas e demais obrigações oriundas das atividades que ocasionaram impactos ambientais), além de utilizar notas explicativas e indicadores de desempenho ambiental no processo de fornecimento de informações ao público em geral.

Sob essa percepção, pode compreender que a Contabilidade Ambiental oferece uma visão real das atividades operacionais, por meio de influência mútua que deve existir entre o patrimônio social e o meio ambiente. No intuito de divulgar informações socioambiental, destinados aos mais diversos usuários da contabilidade (sejam eles internos ou externos), que refletem os impactos na sociedade e no meio ambiente.

Nesse sentido, verifica-se que a contabilidade ambiental estuda o patrimônio ambiental das empresas da mesma forma que a contabilidade geral, por meio do registro de bens, direitos, investimentos e obrigações, além dos custos e despesas, sendo estes considerados itens ambientais, no qual deve ser lançados de acordo com a necessidade e/ou ocorrência no ativo ou no passivo ambiental.

Sob o entendimento de Diniz (2011), explica que os itens ambientais são representados por todos os elementos associados ao meio ambiente, seja como investimento, receita, despesa, gasto ou custo registrado na contabilidade ambiental. Neste contexto, se faz necessário descrever os itens ambientais (ativo e passivo ambiental, custos e despesas ambientais), visto que são estes que são objetos de estudo da contabilidade ambiental.

2.3.1 Ativo ambiental

Os ativos ambientais estão relacionados aos investimentos que a empresa realiza com a proteção, preservação e até mesmo recuperação da natureza, ou seja, representam os bens e os direitos ambientais decorrentes de investimentos na área do meio ambiente.

Para Tinoco e Kraemer (2008), esse tipo de ativo está relacionado com os estoques dos insumos, peças e acessórios, nos quais são utilizados no processo de redução dos níveis de poluição ao meio ambiente. Nesse sentido, quando a organização adquire equipamentos no intuito de minimizar os impactos ambientais, esses gastos são reconhecidos como benefícios que devem ser mensurados positivamente nos exercícios futuros da mesma. Com isso, deve-se considerar todas as atividades desenvolvidas dentro de uma empresa, que favoreça o meio ambiente, como um ativo ambiental, já que beneficia a entidade e contribui para a preservação do meio ambiente.

Segundo Amarante (2008), os ativos ambientais são adquiridos ou produzidos para amenizar os impactos causados pelas atividades a natureza, desde que constituam benefícios ou ações que reflitam nos próximos exercícios. Ribeiro (2010) menciona que tais gastos devem ser mensurados Grupo do Ativo, sendo considerados dados sobre sua natureza e finalidade nas notas explicativas, pois, só assim será possível uma melhor avaliação das ações ambientais da empresa.

Os ativos ambientais são representados por todos os bens e direitos oriundos de ou destinados à atividade de gerenciamento ambiental, sob forma de capital circulante e capital líquido. [...] As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas deve compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente (ASSIS; BRAZ; SANTOS, 2011, p.2).

Diante do exposto, pode afirmar que qualquer organização que investe no ativo ambiental, tem o objetivo de prevenir futuras contaminações oriundas de suas atividades operacionais, evitando que agridam a natureza. Verifica-se, assim, que o ativo ambiental está diretamente relacionado com a preservação dos recursos naturais, devendo ser mensurados no balanço patrimonial.

2.3.2 Passivo Ambiental

O passivo ambiental pode ser reconhecido como às responsabilidades em que a organização executada ao meio ambiente, buscando, com isso, recuperar os possíveis danos causados a natureza, por meio da evidenciação dos valores dos investimentos necessários com a reabilitação, bem como os gastos com possíveis multas e indenizações.

Tinoco e Kraemer (2008) explicam que esse tipo de passivo pode ser reconhecido pela sua existência através da agressão que a empresa faz por meio de suas atividades ao meio-ambiente, gerando assim uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental. Ribeiro (2010) complementa esse pensamento quando menciona que tais passivos são resultados que serão sacrificados pela necessidade de recuperar o meio ambiente, permitindo a compatibilidade com o desenvolvimento econômico.

A NPA 11 (IBRACON, 2011), define o passivo ambiental como qualquer agressão que se pratica ou praticou contra a natureza e, como consequência, incide no valor dos custos necessários para reabilitá-la, como também multas ou indenizações ocorridas por tais atividades agressivas. Nesse sentido, quando uma empresa agride, de algum modo, o meio ambiente, e não dispõe de nenhum planejamento para sua recuperação, isso gera um Passivo Ambiental.

Tinoco e Kraemer (2008) explicam que a origem dos passivos ambientais nem sempre são de ocorrências negativas, podendo originar-se de ações ambientalmente responsáveis, como no caso da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais necessitam de pessoas para sua operacionalização.

Compreende-se que o passivo ambiental é constituído de alguma obrigação oriunda de eventos passados, ou seja, quando a empresa realiza uma atividade e como consequência, ocasionou uma agressão ao meio ambiente. Diante desse fato, entende-se que se a empresa que não reconhece o passivo ambiental em seus demonstrativos, possivelmente irá obter lucros irreais. Pois, se a empresa deixar de mensurar suas obrigações ambientais, no futuro a mesma pode sofrer possíveis multas.

2.3.3 Custos e Despesas Ambientais

Os custos ambientais estão relacionados aos gastos com o meio ambiente, ocorridos quando existe a necessidade de controlar ou corrigir a quantidade de poluentes e as agressões ambientais. Enquanto as despesas referem-se aos pagamentos de bens ou serviços relativos à manutenção da atividade da empresa, sendo reconhecida no momento da venda e, não é considerada no processo de transformação ou produção do produto.

Para Santos et. al (2009), eles se diferenciam entre si, os custos refere-se aos gastos realizados diretamente no setor produtivo, já as despesas são reconhecidas pelos gastos feito de forma indireta ao processo produtivo.

Compreende-se que os custos devem ser “reconhecidos pela necessidade de preservar os recursos naturais, ou até mesmo de recuperar danos causados pelas atividades operacionais, que no processo produtivo causa a destruição do meio ambiente”, por meio de gases e resíduos poluidores (RIBEIRO; GRATÃO, 2000 *apud* SILVA et al. 2013, p.5).

Diante desses fatos, pode-se entender que os custos ambientais estão associados aos gastos decorridos dos impactos ambientais oriundos no processo operacional, que incluem os custos com a prevenção e recuperação de danos ambientais ocorridos tanto no passado como no presente, buscando um controle de qualidade ambiental e, incentivando em ações de melhoria contínua.

Quanto às despesas, estas se referem aos gastos indiretos do processo produtivo, relacionada ao setor administrativo da empresa, por meio do gerenciamento ambiental. Sendo oriundas da necessidade de se preservar o meio ambiente, no intuito de evitar a contaminação causada pela fabricação dos produtos, além de gastar com tratamentos de resíduos e descontaminação (SILVA et al., 2013, p. 6).

Para Carvalho (2008) as despesas ambientais representam todos os gastos efetuados pela empresa, que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período e que estejam relacionados com atividade produtiva da entidade de forma indireta.

Tinoco e Kraemer (2008) corroboram com esse pensamento quando explicam que tais despesas são ocasionadas pela prevenção de contaminação relacionada com as atividades operacionais, bem como pelo tratamento de resíduos e até mesmo a descontaminação.

Podendo incluir também nessa categoria os gastos com depreciação de equipamentos, e com o pessoal envolvido na produção, como também na investigação e no desenvolvimento de tecnologias mais limpas.

Sob esse entendimento, pode-se afirmar que as despesas ambientais estão ligadas ao processo produtivo, no entanto de forma indireta, pois são oriundas conforme as necessidades do setor administrativo da organização, quando existe uma obrigação de se preservar ou recuperar o meio ambiente.

Tinoco e Kraemer (2008) comentam que esse tipo de despesa pode ser classificado como operacional e não operacional. A primeira refere-se a gastos com manutenção dos processos internos, tipo: gestão do meio ambiente; investigações; desenvolvimento em tecnologias mais limpas; entre outras. Já a segunda, relacionam-se aos procedimentos externos, ocasionados por falhas involuntárias da gestão, como: as multas; sanções e compensações para terceiros.

2.4 Estudos Anteriores

A relevância deste estudo fica demonstrada pelas pesquisas anteriores nas quais a evidenciação dos gastos ambientais em empresas cadastradas no ISE e a relação entre a sustentabilidade são objetos desta pesquisa.

Um estudo relevante encontrado na literatura foi no estudo de Rover et al. (2008), onde verificou-se que, a maioria das informações sobre custos ambientais em trinta e quatro empresas cadastradas no ISE de 2006/2007 foi apresentada nos Relatórios Anuais e que a maior parte dos investimentos em meio ambiente foi evidenciada nas Demonstrações Financeiras Padronizadas. Por fim, destaca-se que o tipo de evidenciação quantitativa monetária foi o mais utilizado, tanto nos custos como nos investimentos ambientais. As categorias referentes a custos correspondentes a danos ambientais e a investimentos com projetos ou programas ambientais foram as mais evidenciadas.

Rossato, Trindade e Brondano (2009) divulgaram em sua pesquisa as formas de reconhecimentos e evidenciação dos custos ambientais, bem como sua importância no processo de gestão da empresa. Já no estudo de Raupp et al. (2009), objetivaram

evidenciar os gastos ambientais realizados por uma empresa do ramo de geração e distribuição de energia elétrica.

Na pesquisa de Rover et al. (2009), objetiva identificar as características do *disclosure* voluntário ambiental de empresas brasileiras. Para tanto, analisaram-se as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e os Relatórios de Sustentabilidade (RS) de 2005 a 2007 de empresas abertas com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Nesta pesquisa, concluiu-se que corrobora a Teoria da Divulgação Voluntária, uma vez que as empresas divulgaram voluntariamente poucas informações negativas a respeito de suas práticas ambientais, pois se enfatiza que a maior parte da evidenciação é declarativa, do tipo positiva e com referência temporal não especificada.

Na dissertação de Godoi (2011) buscou-se analisar as características do *disclosure* ambiental nas demonstrações financeiras de uma amostra integrante do ISE pertencentes aos setores econômicos de alto impacto ambiental, onde concluiu que pelo fato de não existir exigência legal no Brasil, as empresas optam pelo *disclosure* voluntário, com predominância em sentenças declarativas no Relatório de Administração. Em estudo semelhante, Santos et al. (2011) evidencia a divulgação e o desempenho ambiental das empresas brasileiras de capital aberto que compõem o Ibovespa. Foram analisados aspectos como estrutura de governança e sistemas de gerenciamento, credibilidade das informações divulgadas, gastos ambientais, visão e estratégia, perfil ambiental e iniciativas ambientais.

Em contra partida, a pesquisa de Fernandes (2013) objetivou identificar a influência do *disclosure* ambiental negativo involuntário no retorno anormal dos setores com alto índice de poluição: Exploração, Refino, Minerais Metálicos, Papel e Celulose, e Siderurgia, cujos resultados demonstraram que a divulgação dos impactos ambientais influenciou negativamente o preço e o retorno das ações, evidenciando a forma semiforte do mercado acionário brasileiro, ou seja, as informações publicamente disponíveis influenciam de forma rápida e precisa no preço das ações.

Por meio de variáveis de investigação indicadas pelo questionário ISE, o estudo de Pordeus et. al. (2013), analisou a evidenciação dos passivos ambientais da empresa Vale S/A no período de 2008 a 2012, no qual se concluiu que a evidenciação é apresentada de forma bem restrita e em quantidade mínima, identificando a evidenciação dos passivos em alguns

instrumentos de informação ambiental, dificultando assim a comparabilidade quanto às informações disponibilizadas ou aprofundamento sobre a obrigação.

No artigo de Silva et al. (2013) realizou uma análise de conteúdo das informações ambientais, por meio da variação dos investimentos e custos ambientais divulgados nas empresas do segmento de Papel e Celulose, que são cadastradas na BOVESPA no período de 2009 a 2012. Foi verificado que, três das seis empresas pesquisadas evidenciam em seus balanços a conta específica ambiental, denominada de Ativo Biológico. Apenas uma das empresas divulga Provisões sob o Ativo Biológico no Patrimônio Líquido e todos os gastos referentes a penalidades resultantes de incidentes provocados pela empresa são passivos ambientais. Quanto à proporção entre investimentos ambientais e os investimentos totais encontrados, foi possível identificar apenas em duas empresas.

Rafaelli et al. (2014) investigaram a existência de associação entre a prática de alisamento de resultados e a prática de *disclosure* de informações ambientais pelas empresas do setor de siderurgia e metalurgia no Brasil. O resultado evidencia correlação baixa das empresas com índice de alisamento apenas com informações divulgadas classificadas com o atributo “notícias neutras”.

Conforme estudos já realizados sobre essa mesma temática, destaca-se Melo e Oliveira (2014), que pesquisou as empresas do segmento de adubos e fertilizantes. Evidenciando em seus resultados que as informações referentes aos custos e despesas ambientais foram identificadas nos relatórios de sustentabilidade e no índice de sustentabilidade empresarial, acerca disso, também foi detectado que as empresas que mais evidenciam em custos e despesas ambientais são: a Vale Fertilizantes S.A e a Heringer Fertilizantes S.A. Com gastos referentes à restauração e reestruturação do meio ambiente, bem como com a manutenção, licenciamento e processos judiciais.

Outro estudo na mesma temática foi o de Amaro e Voese (2014), pois eles investigaram a relação existente entre a prática de gerenciamento de resultado e a evidenciação dos gastos ambientais. Para tanto, selecionaram-se as empresas do setor de siderurgia e metalurgia listadas na Bolsa de Valores de São Paulo por configurarem, entre outros fatores, segundo a Lei 10.165/2000, atividades de alto impacto ambiental. Dentre as vinte e uma companhias que compõem o segmento, somente nove fazem evidenciação dos seus gastos ambientais e que conforme a regressão logística, os resultados apontam que não há relação estatística entre as variáveis de estudo.

A relação entre o nível de potencial poluidor e os gastos ambientais foi o objetivo da pesquisa de Abreu et al. (2014). Para atingir o objetivo proposto, são utilizadas as informações disponibilizadas nos relatórios financeiros dos anos de 2013 e 2012 pelas empresas selecionadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2014, pertencentes aos setores de Materiais Básicos e Bens Industriais, consideradas de alto ou médio nível de potencial poluidor pela legislação brasileira. Através dos resultados obtidos, pode-se concluir que há indícios de que os gastos ambientais, em média, são superiores quando a atividade realizada pela empresa possui maior potencial poluidor.

De acordo com esses autores, torna-se importante o estudo da evidenciação dos gastos ambientais, uma vez que os impactos causados ao meio ambiente refletem no seu mercado bem como na sua imagem diante da sociedade. Nesse sentido, este estudo busca verificar como estão sendo evidenciados os gastos de compensação e de danos à natureza, oriundos de suas atividades, por meio da criação de projetos que objetivam a recuperação, reciclagem e/ou a prevenção dos recursos naturais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse tópico foi apresentado o enquadramento metodológico do estudo, seguido dos procedimentos de revisão de literatura e da trajetória metodológica, que apresenta rapidamente os principais aspectos deste estudo. Segundo Souza, Fialho e Otani (2007, p.10) a “metodologia é o procedimento sistemático de como uma pesquisa é desenvolvida. É relatado desde a percepção do problema de pesquisa em um determinado contexto, até o tratamento e análise do resultado [...]”.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos objetivos, este estudo é de natureza exploratória, que de acordo com Gil (2010) tem como objetivo proporcionar maior finalidade com o problema com vistas a torná-lo mais específico. Para Gonsalves (2011), esse tipo de pesquisa tem como objetivo oferecer uma visão panorâmica e uma aproximação de um determinado fenômeno que é pouco explorado, esclarecendo as ideias.

Classifica-se ainda quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, uma vez que, esse tipo de estudo objetiva descrever as características de um objeto de estudo. Pretendendo levantar dados relacionados aos custos e investimentos ambientais da empresa Natura S.A., com a intenção de analisá-los e interpretá-los. Para Souza, Fialho e Otani (2007) trata-se da descrição do fato ou do fenômeno através do levantamento ou observação.

Com relação aos procedimentos adotados foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica, que segundo Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa deve ser elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, além do conteúdo encontrado na internet.

Sendo considerado ainda como um estudo de caso, já que analisa um ou poucos fatos com profundidade de um determinado objeto, que pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, uma organização ou até mesmo uma situação (GIL, 2010). Assim, o objeto desse estudo a ser pesquisado refere-se as práticas ambientais aplicadas na contabilidade na empresa Natura S.A.

Quanto à abordagem do problema, para esclarecer os pontos investigados, este trabalho possui abordagem quali quantitativa, uma vez que apresentará envolvimento de dados estatísticos que remetem à abordagem quantitativa, mas também é utilizada a abordagem qualitativa em alguns momentos. Gonsalves (2011) explica que, esse tipo de pesquisa busca analisar e identificar os principais aspectos do objeto estudado. Sob a percepção de Prodanov e Freitas (2013), a utilização desse tipo de pesquisa busca entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população, traduzindo em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

3.2 Procedimentos e Análise dos Dados

O presente estudo buscou realizar um levantamento quanto à evidencição de gastos ambientais publicados em documentos administrativos e/ou contábeis, entre os anos de 2011 e 2014. Para a coleta dos dados faz-se necessário selecionar as variáveis dos relatórios contábeis da Empresa Natura, composta por dados referentes aos anos de 2011 a 2014, onde foram analisados:

- I. Site Oficial da Natura;
- II. Relatório da Administração (RA);
- III. Notas Explicativas (NE);
- IV. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE);
- V. Relatório de Sustentabilidade (RS).

Buscou-se através dos dados analisados nestes relatórios, a obtenção das evidenciações dos fatos relacionados ao meio ambiente, que auxiliem para a resolução do problema inicial de estudo, extraídos mediante a realização de uma pesquisa documental. Para o alcance do objetivo geral, se fez necessária uma análise de conteúdo ambiental, específica para os investimentos, custos e despesas ambientais da empresa Natura S.A.

Segundo Bardin (1995, p. 42), análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Para Bardin (1995), as três etapas básicas para a análise de conteúdo é a pré-análise, descrição analítica e a interpretação inferencial. Na pré-análise, organiza-se o material para encontrar alguns indícios. Na descrição analítica, há um estudo aprofundado orientado pelo referencial teórico, no intuito de codificação e categorização do estudo.

Por fim, a interpretação inferencial, que com o embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações, permitindo a interpretação. Essas etapas foram descritas nos Instrumentos e procedimentos de coleta e análise dos dados.

Para o alcance do objetivo geral deste estudo, por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1995), após a escolha dos instrumentos de coleta de dados, procurou-se identificar as práticas ambientais das empresas, no intuito de investigar a clareza da evidenciação ambiental nos instrumentos de coleta, conforme a interpretação do fato evidenciado, em uma escala de 0 a 4, de acordo com o QUADRO 3.

QUADRO 3
Instrumento de análise de dados para verificar a evidenciação ambiental

CONCEITOS SIGLA	SIGLA	NOTA
A evidenciação é plenamente clara .	PC	4
A evidenciação do fato está clara , bem apresentada.	CL	3
A evidenciação não está plenamente clara , é de forma simples.	NPC	2
A evidenciação não está clara , é de forma incompleta.	NCL	1
Não foi conseguido detectar a evidenciação, indecisão .	ND	0

Fonte: Adaptado de Freitas e Strassburg (2007).

Mediante análise do QUADRO 3, verificou-se cada instrumento de coleta de dados, no período proposto, fazendo a interpretação (análise dos dados) conforme preconiza Melo et. al (2012). Foi considerada a evidenciação plenamente clara (nota 4), quando as informações ambientais nos documentos oficiais estão bem apresentadas, evidenciando detalhadamente tanto qualitativa (descrição) como quantitativa (valores em moeda corrente referente a gastos, investimentos, despesas, multas e recebimentos de ordem ambiental), ou seja, há descrição clara dos itens ambientais, bem como a mensuração. No caso da **evidenciação clara** (nota 3), quando há uma descrição de forma simples e resumida dos principais fatos ambientais (descrição sucinta das práticas ambientais e faz alguma menção de valores monetários).

Considerou-se que a evidenciação não está plenamente clara (nota 2), quando na descrição não informa precisamente os detalhes de quanto foi investido e gasto em moeda corrente nas práticas ambientais, tratando-se de informações sobre investimentos, gastos, inclusive da quantidade de processos e multas, ou seja, só há alguns comentários sobre a questão

ambiental, sem precisão dos fatos. Já a evidenciação de forma não clara (nota 2), é quando a informação está totalmente incompleta, ou seja, somente há menção do fato, sem nenhum detalhe preciso de forma qualitativa e quantitativa. Neste caso, se comenta que a empresa faz investimentos, tem práticas ambientais, mas não informam quais, nem valores investidos.

Quando não for identificada a evidenciação ambiental ou práticas ambientais nos documentos oficiais, atribui-se a nota zero, ou seja, não há evidenciação dos itens ambientais. O resultado desta análise foi tabulado em planilha eletrônica (*Microsoft Excel*) e apresentado por meio de um gráfico.

Esses resultados foram apresentados também em um gráfico. Nos documentos das empresas que apresentaram notas de 2 a 4, continuou-se o processo de análise de conteúdo, selecionando 14 variáveis de investigação, por meio de “palavras-chave”. A seleção das variáveis de investigação foi baseada no estudo do Questionário ISE 2015 (Dimensão AMBIENTAL- Grupo C), que correspondem às empresas do Aspecto Ambiental Crítico, para empresas que apresentam matérias-primas e insumos. Essas variáveis estão apresentadas no QUADRO 4.

QUADRO 4
Variáveis de Investigação Ambiental

1. Política e seguro ambiental	2. Licenciamento Ambiental	3. Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)	4. Avaliação periódica - impactos ambientais	5. Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais
6. Processos e Atividades da Companhia (PPA)	7. Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços	8. Sistemas de Gestão Ambiental, certificados por Organismo Certificador Acreditado – OCA;	9. Certificações ISO ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes	10. Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos
11. Processos administrativos ou judiciais: sanções e acordos em relação ao meio ambiente	12. Biodiversidade	13. Desempenho ambiental	14. Passivos Ambientais (provisão de recursos)	

Fonte: Adaptado do Questionário ISE (2015)

Com base nas variáveis (palavras-chave nos documentos que apresentam evidenciação), procedeu-se uma análise, que por meio de quadros, foram identificadas somente as variáveis que aparecem informações qualitativas (descrição) e ou quantitativas (em moeda). No segundo passo, foi necessária uma leitura mais detalhada nos documentos, para

analisar as informações extraídas, no intuito de verificar a evidenciação qualitativa (descritiva) dos gastos ambientais e sua mensuração, para posterior detalhamento destes itens, conforme definição e classificação de Tinoco e Kraemer (2008).

Tomando como base os valores monetários dos gastos ambientais no período de 2011 a 2014, relacionaram-se com o total em moeda corrente das despesas operacionais totais de cada ano, no intuito de saber o percentual de gastos ambientais em relação aos gastos totais operacionais, conforme QUADRO 5:

QUADRO 5
Análise da variação em percentual dos gastos ambientais da Natura S.A.

Indicador Ambiental	2011	2012	2013	2014
Gastos Ambientais/ Despesa Operacional Total x 100				

Fonte: Elaboração própria

A interpretação dos dados coletados foi feita com base na compreensão e na interpretação dos fatos, buscando analisar e identificar os principais aspectos do objeto estudado para comparar os resultados obtidos entre os anos analisados. Os dados foram tratados e tabulados através de gráficos e tabelas formatados no *Microsoft Excel*® 2010.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Principais práticas ambientais da Natura

Como pode ser observado nos relatórios administrativos da Natura, a empresa vem aprimorando seus processos de produção e, com isso, conquistando eficiência principalmente na utilização da água. Só em 2011, foi reduzido de 0,42 para 0,40 litro por unidade produzida (RA, 2011).

A Natura criou o primeiro inventário da água através da abordagem de Pegada Hídrica, servindo de diagnóstico e base para elaboração de nova política de gestão da água. Adotou uma nova metodologia para a seleção de fornecedores que considera, além de critérios como preço, qualidade e logística, os impactos sociais e ambientais. Além de alcançar metas direcionadas a redução das emissões GEE, conseguindo reduzir 25,4% entre 2006 a 2011, com o objetivo de atingir 33% de redução em 2013 (RS, 2011).

Os produtos da Natura chegam ao seu consumidor final com uma tabela ambiental que informa os dados de origem, transformação e percentual de certificação das matérias-primas, percentuais de uso de material reciclável, sempre seguindo todos os requisitos legais de acordo com as legislações em vigor e respeitam todas as resoluções relacionadas a cosméticos definidas pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RS, 2011).

Diante desses fatos, observa-se que em 2011, a Natura buscou aprimorar seus processos produtivos com consciência ambiental, incentivando também seu consumidor por meio de tabelas com informações da origem de seus produtos. Verificam-se também ações com a eficiência da reutilização da água, reduzindo seu consumo, além de criar um inventário desta, através da abordagem de “Pegada Hídrica”, no intuito de adotar uma nova política de gestão da água. A empresa também buscou reduzir seus poluentes gasosos, minimizando as emissões Gases de Efeito Estufa (GEE).

A empresa ainda menciona que foi criada uma estratégia de gestão de recursos hídricos por meio do inventário de consumo e poluição, incluindo a fase de uso dos produtos pelos consumidores, no qual virou modelo internacional em 2012, apresentado em uma conferência realizada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). No mesmo ano, realizaram-se estudos que incluíssem a avaliação de

biodegradabilidade e toxicidade de produtos junto a pesquisadores internacionais (RA, 2012).

As ações relacionadas à política ambiental são divulgadas em todas as unidades da empresa, envolvendo atividades relacionadas à comunicação, conscientização de funcionários e colaboradores quanto aos programas regulares de integração e desenvolvimento, evidenciando o compromisso da organização com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental, buscando sempre estabelecer procedimentos de controle operacional para atividades e processos responsáveis por aspectos ambientais significativos (ISE, 2012).

Entre 2008 e 2012, a empresa conseguiu reduzir em 7,4% as emissões absolutas de CO₂, apesar de não ter alcançado a meta de 10% no período. Na busca de minimizar a emissão dos gases poluentes, foi desenvolvido outro projeto, objetivando melhorias e aperfeiçoamento, com a instalação de uma caldeira movida à biomassa na fábrica de Benevides, de forma que no lugar do diesel, o equipamento é alimentado por briquetes de madeira certificada, podendo ainda utilizar resíduos vegetais como frutos e sementes, no lugar do combustível (RS, 2012).

Nesse mesmo ano, foi realizado uma pesquisa inovadora na qual buscou-se comprovar a viabilidade de produção de óleo de palma em um sistema agroflorestal, ou seja, combinando seu cultivo com outras espécies vegetais, com isso, garantiu uma produção mais sustentável da palma (RS, 2012).

Em 2012, a Natura criou novas estratégias na gestão de recursos hídricos incluindo a fase de uso dos produtos pelos consumidores, ainda realizaram-se estudos direcionados a biodegradabilidade e toxicidade de produtos com fontes internacionais, inovando ainda com a produção do óleo da palma por meio do sistema agroflorestal. Busca divulgar suas ações ambientais com seu público interno e também externo, no intuito de mostrar seu compromisso com o meio ambiente.

Quanto à redução das emissões gasosas (GEE), o desafio gerou inovações e aprendizados. Sendo lançado, em 2007, o Programa Carbono Neutro influenciou a criação de um sistema de gestão em todas as etapas do processo produtivo, entre eles: desenvolvimento, fabricação de produtos, ciclo do pedido (como a produção das revistas) e transporte. Esse projeto buscou reduzir 33% dos gases relativo à extração da matéria-prima. Até 2011, foi reduzido 25,4% quando comprado com 2007. Ainda em 2011 as emissões absolutas

criaram 11% em relação a 2008. Alcançou-se em 2013 a redução de 33,2% das emissões relativas de gases de efeito estufa, em comparação com 2006, diminuindo assim, o impacto das mudanças climáticas em 33%. Também reduzimos entre 2008 e 2012, quase 10% das emissões absolutas de nossas fábricas (RA, 2013).

Ainda em 2013, a empresa criou e executou projetos de recuperação e preservação ambiental, no intuito de conservar as espécies nativas da fauna e da flora. Financiando projetos para organizações não-governamentais, e também em unidades de conservação pública ou privada que buscam a conservação do meio ambiente em terras alheias. A Natura ainda realizou doações para fundos que apoiam projetos de preservação natural (ISE, 2013).

Destaca-se ainda que, em 2013, outras ações da Natura foram direcionadas a sustentabilidade ambiental, tais quais: adoção de ônibus movido a etanol para o transporte de colaboradores em Cajamar (SP); operação das duas primeiras carretas movida a etanol da América Latina; início do teste com veículos elétricos, entre carros, triciclos e bicicletas, na logística (RS, 2013).

O compromisso da empresa com o meio ambiental cresce cada vez mais, e os investimentos em projetos relacionados às emissões gasosas gerou inovações e aprendizados. De forma que, em 2013 alcançou uma redução de 33,2% em comparação com 2006, no intuito de reduzir os impactos com o meio ambiente. Os atuais projetos envolvem empresas internacionais que juntas buscam soluções para mensurar e diminuir o impacto oriundo das atividades de produção.

A Natura começou a comprar créditos de carbono indígena, oriundos do Projeto de Carbono Florestal Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, tornando-se a primeira empresa brasileira com iniciativa baseada na conservação da floresta promovida pelos índios, assim como na recuperação de áreas desmatadas (RS, 2013).

Com relação aos resíduos, buscou-se o desenvolvimento de embalagens com menor impacto ambiental. Em março de 2014, foi inaugurado, o Ecoparque, na cidade de Benevides (PA), que trata de um modelo sustentável direcionado ao uso dos ativos da biodiversidade, buscando, assim, a economia da floresta em pé (RA, 2014).

Quanto ao consumo/uso sustentável de seus produtos, a Natura buscou conscientizar seus consumidores finais com vistas ao uso sustentável de seus produtos, realizando campanhas ativas de indução do uso sustentável com benefícios mensuráveis para os consumidores finais (ISE, 2014).

Em 2014, foi lançada a quinta edição do Edital Natura Carbono Neutro, com o objetivo de compensar as emissões do biênio 2014/2015, sendo incluso uma nova categoria conhecida como Projetos Especiais, que busca difundir e apoiar o uso de novas tecnologias para redução de GEE e novas práticas em relação ao mercado de créditos de carbono (RS, 2014).

Tal empresa ainda avalia e gerencia de forma sistemática, e independentemente de exigência legal ou administrativa, seus impactos potenciais e riscos sobre a biodiversidade, recompensando comunidades ou organizações não governamentais que desenvolveram projetos de conservação ambiental, com fins de produção e manutenção de recursos hídricos, proteção da biodiversidade, ou absorção de carbono por reflorestamento permanente (ISE, 2014).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a Natura desenvolve suas atividades de forma sustentável, conscientizando todos os envolvidos sobre a importância de preservar o meio ambiente, mesmo utilizando recursos naturais. A empresa compreende e reconhece, conforme seus relatórios, a relevância em se mensurar os fatos que envolvem impactos ambientais e, busca inovar seus produtos sem causar danos a natureza, contribuindo com um desenvolvimento sustentável. Sobre a mensuração desses atos, serão mais esclarecidos nos próximos itens.

4.2 Nível de clareza da evidenciação ambiental da Natura

Foi identificada, na análise dos dados, a clareza da informação ambiental divulgada pela empresa Natura S.A. Foi classificada, conforme a interpretação dos fatos, na escala 4 (GRÁFICO 1). Resultado esse, que define uma evidenciação plenamente clara, no qual se averiguou em seus documentos oficiais que tais informações são bem divulgadas, de forma detalhada, tanto qualitativamente como quantitativamente.

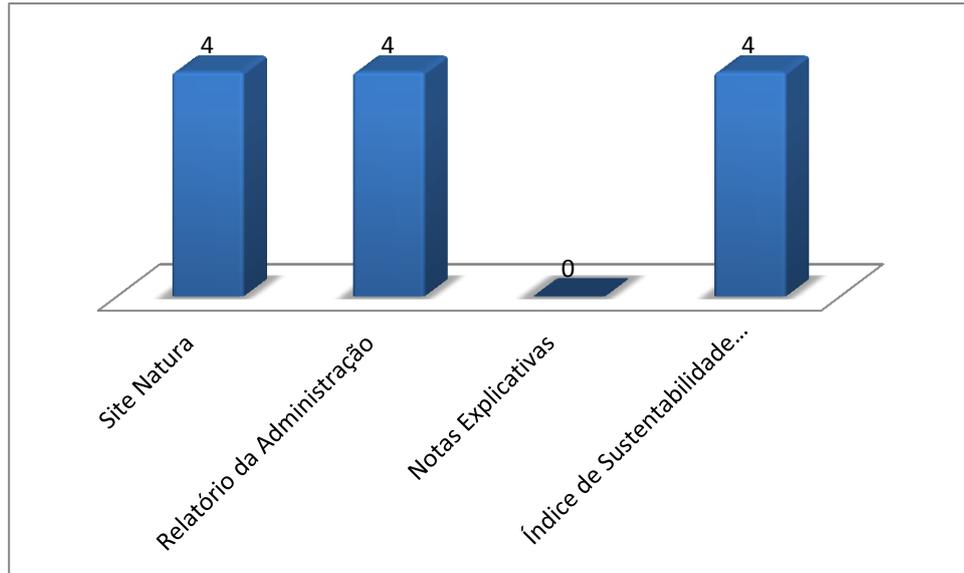


GRÁFICO 1 - Clareza da informação ambiental divulgada pela Natura
 Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Verifica-se conforme o GRÁFICO 1, que a Natura utiliza os princípios e normas conforme a legislação brasileira ambiental e adota procedimentos para relacionar a sua cadeia de valor com a sua política ambiental. Assim, encontram-se informações sobre ações ao meio ambiente, tanto qualitativas, como quantitativas, no site oficial da empresa, bem como nos relatórios administrativos, e também no ISE, no quais foram atribuídos nota 4. Todavia, a empresa não dá nenhuma informação de caráter ambiental nas Notas Explicativas. Quanto aos relatórios de sustentabilidade, não foi identificado à publicação do relatório ISE 2011, fato esse que caracteriza uma limitação nessa pesquisa, uma vez que, foi estabelecido no objetivo de estudo analisar os anos de 2011 a 2014.

Sob a percepção Freitas e Strassburg (2007), a evidenciação dos eventos ambientais está relacionada com as atividades operacionais de cada setor dentro da organização, no qual afeta a sua continuidade, bem como a qualidade de vida das pessoas e o ecossistema.

Assim, é aconselhável registrar na contabilidade, buscando evidenciar os atos e fatos ocorridos que afetaram diretamente o meio ambiente, evidenciano suas ações e medidas preventivas através de notas explicativas, quadros demonstrativos suplementares, relatório da administração, entre outros documentos gerenciais. No intuito de esclarecer tudo aquilo que acontece com o negócio da empresa, com informações fidedignas para quem as utilizar.

Após a verificação geral do nível de clareza das informações ambientais, convém apresentar as variáveis de investigação contidas no período estudado, segundo o Questionário ISE (2015), visto que as notas nos três documentos de análise receberam a nota 4,0. Deste

modo, segue-se o QUADRO 6, evidenciando as variáveis que apresentaram informações qualitativas (descritivas) e quantitativas (em moeda corrente).

QUADRO 6
Variáveis ambientais investigadas na empresa Natura S.A.

Variáveis Ambientais Investigadas	Informações Qualitativas	Informações Quantitativas (monetárias em moeda corrente) R\$
1. Política e seguro ambiental	x	-
2. Licenciamento Ambiental	x	-
3. Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)	x	-
4. Avaliação periódica - impactos ambientais	x	-
5. Processos e Atividades da Companhia (PPA)	-	-
6. Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços	x	x
7. Sistemas de Gestão Ambiental, certificados por Organismo Certificador Acreditado – OCA	x	-
8. Certificações ISO ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes	x	x
9. Processos administrativos ou judiciais: sanções e acordos em relação ao meio ambiente	-	-
10. Biodiversidade	x	x
11. Desempenho ambiental	x	-
12. Passivos Ambientais (provisão de recursos)	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

O quadro 6 evidencia as variáveis ambientais investigadas pela empresa Natura, assim, entre as diversas ações direcionadas ao meio ambiente, sendo liberados por meio de licenciamentos ambientais. Um deles foi aplicado na seleção de novos fornecedores bem como na revisão de suprimentos relacionados às embalagens, no qual foi possível gerar ganhos tanto econômico como o ambiental. Outros contratos foram feitos buscando parceiros que se comprometem em aprimorar sua *performance* socioambiental nos próximos anos, no intuito de gerar aproximadamente R\$ 2 milhões anuais em melhorias socioambientais (RS, 2012).

Quanto às políticas ambientais, verifica-se que a empresa participa ativamente na formulação de políticas transformadoras social e ambientalmente. Em 2012, foi comprovado o poder transformador da mobilização socioambiental e sua relevância nas ações em busca de um mundo mais justo, sendo divulgado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no qual teve como um dos objetivos: garantir os recursos naturais para o futuro (RS, 2012).

A Natura faz avaliações periódicas relacionadas aos impactos ambientais, e com isso, busca desenvolver ações que minimizem tais fatores. Assim, a empresa estabelece metas no intuito de reduzir os resíduos, bem como os impactos ocasionados por embalagens dos produtos, que nesse caso, investe em embalagens menos nocivas. Verifica-se que só em 2012, reduziram 7,4% das emissões absolutas de GEE, com base nas emissões de 2008. Outra ação que busca reduzir os impactos ambientais está relacionado ao reflorestamento de áreas degradadas, que em parceria com a Colômbia, buscam a neutralização de emissões de gases poluentes, para tanto a empresa chegou a comprar 29.000 toneladas CO₂e (RS, 2012).

Quanto a Biodiversidade, a empresa já adquiriu experiência suficiente, que gerou a possibilidade de utilizar de forma eficaz as riquezas naturais de acordo os modelos sustentáveis. Sendo possível realiza parcerias com seus fornecedores para o desenvolvimento de negócios dos insumos naturais, sempre em linha com a Política Natura de Uso Sustentável da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado (Política de Sociobiodiversidade). Com isso, a Natura investiu em insumos da biodiversidade na região Pan-Amazônica por meio do Programa Amazônia (RS, 2012).

Observa-se no relatório de sustentabilidade, informações sobre a biodiversidade e suas relações com os processos de certificação, no qual 44% das matérias-primas que utilizam possui algum tipo de certificação – o índice é um pouco menor do que o registrado em 2012, de 47%. A redução se explica, principalmente, em decorrência da descontinuidade de três matérias-primas certificadas. Outras três novas matérias-primas já certificadas em pesquisa não foram incluídas no total de certificações, uma vez que não houve fornecimento em 2013 (RS, 2013).

No entanto, sabe-se que as ações para extração dos insumos da sociobiodiversidade sejam executadas, a Natura criou um plano de certificação de matérias-primas vegetais, através de entidades independentes, esse processo busca a rastreabilidade da produção, devendo o produtor prestar contas a respeito da origem de todos os volumes produzidos. Nesse sentido, anualmente é feito um monitoramento das certificações, com acompanhamento de auditorias de certificação nas comunidades ou grupos de produtores (RS, 2012).

Verifica-se que a Natura possui ativos certificados com porcentagem de espécies certificadas que variam a cada ano: 61% em 2010; 59% em 2011; e 47% em 2012. Do qual, referem-se a despesas com certificação florestal, orgânica, sistemas de gestão (ISO) e

construção sustentável (RS, 2012). Em 2011, as certificações estavam relacionadas a matérias orgânica (IBD, Ecocert, OIA, IMO), bem como a agricultura sustentável (SAN), e o manejo florestal (FSC) (RS, 2011).

Quanto ao uso sustentável dos produtos, a empresa criou o projeto denominado de Ecoefetividade, que consiste em reduzir o impacto ambiental e também a reutilização de todos os tipos de materiais consumidos na fabricação do produto em seu próprio processo produtivo. Buscando com isso, minimizar os impactos ambientais, relacionando-os à cadeia de valor (RS, 2013).

Só em 2013, a Natura investiu R\$ 42 mil na estruturação do programa Consumo Sustentável e Ação em Resíduos Sólidos, esse projeto envolve entidades, empresas e cooperativas de catadores, no qual prevê a realização de um diagnóstico de gestão de resíduos sólidos urbanos para a posteriormente elaborar propostas de trabalho direcionadas reciclagem e consumo sustentável na região (RS, 2014).

No consumo de água, tal empresa faz um acompanhamento em cada unidade de produção, bem como nos centros de distribuição e unidades de indústrias próprias, como também nas organizações que possuem parceria com a mesma na fabricação de alguns produtos. Dessa forma, esse consumo é relativo em 0,40 litro de água por unidade produzida.

Diante do exposto, verificou-se que quase todas as informações qualitativas são evidenciadas pela empresa e que, também é mensurada quantitativamente, mas não de forma detalhada. Encontra-se nos relatórios de sustentabilidade dados quantitativos relacionados aos gastos e investimentos, mas com informações no geral, pois não é discriminado detalhes nos seus demonstrativos contábeis. Sabe-se que tais investimentos são direcionados a redução de gases poluentes, bem como ao tratamento de resíduos e ao controle do uso da água, além de verificar investimentos juntos a outras empresas no intuito de apoiar e incentivar com ações ambientais.

A empresa ainda garante que não existe passivos ambientais relacionadas as suas ações produtivas, bem como afirma que contribui positivamente para a preservação e conservação do meio ambiente, principalmente por meio de incentivos a todos os colaboradores que estão envolvidos com a mesma.

4.3 Análise horizontal dos gastos monetários com o meio ambiente

A Natura vem investindo em inovações dos seus produtos, mas sempre buscando desenvolver atividades que conservam os recursos naturais. Assim, desde 2011 foram criados projetos de desenvolvimento sustentável como a Pegada Hídrica, bem como o lançamento do Programa Amazônia, entre outras ações que fazem a empresa investir em média 2,5% e 3% anualmente da sua receita líquida. Essas iniciativas tem o objetivo de focar na sociobiodiversidade, bem como na valorização e conscientização dos recursos naturais.

Nesse sentido, em 2011, a empresa aplicou R\$ 70 milhões investidos em sustentabilidade, principalmente em tecnologias sustentáveis. Em 2012, investiu-se 3,24% a mais quando comparado ao ano anterior, com valor de 73,2 milhões foi aplicado em tratamento de resíduos e efluentes, bem como, redução de emissões EGG, programa Amazônia, entre outras (Tabela 1).

TABELA 1
Análise horizontal dos Gastos Ambientais da Natura – R\$ (milhões)

	2011	2012		2013		2014	
	R\$	R\$	AH%	R\$	AH%	R\$	AH%
Natura	70,900	73,200	3,24	127,700	74,45	167,500	31,16

Fonte: Elaboração própria 2015

Observa-se ainda nessa tabela, que em 2013 os gastos em ações relacionadas à sustentabilidade, somaram mais de 127,7 milhões, um valor bem maior que o ano anterior, o que representa um aumento de 74,45%. Esse crescimento considerável se explica pelos novos projetos, com crescimento das pesquisas de tecnologias sustentáveis (23,9 milhões) e em projetos reavaliados, entre outras iniciativas, como: certificações (0,1 mil), educação e treinamentos (14,4 milhões) na conscientização sustentável, programas socioambientais (17,3 milhões).

Em 2014, o total aportado correspondeu a 167,5 milhões, o que representa um percentual de 31,16% de acréscimo. Verifica-se que os investimentos são quase sempre nos mesmos objetivos, tais quais as redução dos gases poluentes, tratamento de fluentes e resíduos, projetos socioambientais, tecnologias limpas e sustentáveis, certificações. Sempre incluído novos projetos, mas também investimento mais em outros que tiveram início em anos anteriores.

4.4 Análise da variação em percentual dos gastos ambientais da Natura

Observa-se no ISE (2012) que a empresa avalia e monitora sistematicamente de forma potencial os passivos ambientais e garante que não possui registros relacionados aos mesmos.

TABELA 2
Variação em percentual dos custos ambientais da Natura

Indicador Ambiental	2011	2012	2013	2014
Gastos Ambientais/ Despesa Operacional Total x 100	2,63%	2,35%	3,63%	4,39%

Fonte: Elaboração própria 2015 – (ISE, 2011-2014)

A Tabela 2 evidencia em percentual a variação dos custos ambientais da Natura, no intuito de saber a evolução desses gastos em relação aos gastos totais operacionais no decorrer dos anos. Nesse sentido, observa-se que em 2011 a empresa aplicou 2,63% de suas despesas operacionais na conservação ambiental e, em 2012 o investimento foi de apenas 2,35%, verificando, assim, que existiu uma redução nesses gastos de 0,28%.

Comparando o ano de 2013, com base em 2012, a empresa investiu 1,28% a mais em ações direcionadas ao meio ambiente. Já em 2014, foi investido 4,39% do total de despesas operacionais em sustentabilidade ambiental, assim, tendo como base o ano anterior, ouve um aumento nesses investimentos de 0,76%.

Sob a percepção de Ribeiro (2010), os gastos e/ou investimentos devem ser mensurados no grupo do ativo, sendo considerados dados sobre sua natureza e finalidade nas notas explicativas, pois, só assim será possível uma melhor avaliação das ações ambientais da empresa. No entanto, pode-se observar que a empresa reconhece como ativos ambientais mas só os registram nos seus relatórios de sustentabilidade. Entende-se que é necessário considerar todas as atividades desenvolvidas dentro de uma empresa, que favoreça o meio ambiente, como um ativo ambiental, já que beneficia a entidade e contribui para a preservação do meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A poluição e a degradação da natureza vêm sendo ocasionada pelo avanço das tecnologias, aliada ao desenvolvimento populacional, causando impactos ambientais de níveis nem sempre recuperáveis. Nesse contexto, compreende-se que a sustentabilidade passa a ser o conhecimento que cada pessoa precisa ter sobre os limites e escassez de recursos essenciais para a continuidade humana.

É possível observar que a responsabilidade social surgiu como um resgate à função social da empresa, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável ambiental. Destarte, o comportamento da sociedade e a forma das entidades lidarem com a natureza têm sofrido alterações ao longo das últimas décadas, no qual, buscou-se desenvolver suas atividades operacionais de forma mais consciente, preservando os recursos naturais.

Diante dos fatos, entende-se que a influência do ser humano sobre o meio ambiente tem feito com que se debata e se pratique cada vez mais ações que visem não comprometer a qualidade de vida da população, principalmente das próximas gerações. Assim, as mudanças das atividades empresariais são oriundas de reflexos do reconhecimento da sociedade quanto à capacidade de gerenciar os recursos ambientais, preservando-os.

Nesse contexto, com o aumento da degradação ambiental, a empresa se viu obrigada a incluir nas suas metas, práticas de gestão ambiental, especialmente as organizações no setor industrial, que muitas delas utilizam os recursos naturais como matéria-prima. Assim, cada vez mais, as organizações estão envolvidas com a transparência de suas informações socioambientais, buscando ações por meio do desenvolvimento sustentável, sendo este relacionado ao uso adequado dos recursos naturais, de modo a garantir que tais recursos permaneçam disponíveis nas próximas gerações.

Para tanto, utiliza-se da contabilidade para mensurar as atividades que envolvem o uso dos recursos naturais, já que tem como finalidade gerar informações aos diversos usuários para a tomada de decisão, em tempo hábil, principalmente relacionadas ao meio ambiente, evidenciado, por meio da contabilidade ambiental, como estão sendo utilizados os recursos retirados da natureza e, buscando recuperar e preservar esses recursos, de forma equilibrada, evitando sua degradação.

Com isso, a contabilidade ambiental surge com responsabilidade de contabilizar e evidenciar os prejuízos causados pelas empresas quando da elaboração do produto ou prestação de um serviço, que buscam mensurar ações nas contas do ativo e também do passivo ambiental, apresentando os investimentos, obrigações, receitas, custos, impostos e multas provenientes da gestão ambiental.

Sob essa percepção, esse estudo teve como objetivo geral o de analisar o nível de *disclosure* dos gastos com o meio ambiente da empresa Natura S.A., no período de 2011 a 2014. Para alcançar tal objetivo, foi feita uma pesquisa detalhada nos relatórios anuais da empresa como também no *site* oficial da mesma, além de ter sido observado os demonstrativos contábeis, de 2011 a 2014. Entre os documentos analisados, destaca-se: Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Relatórios Anuais, Notas Explicativas, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, e os Relatórios de Sustentabilidade.

Nesse sentido, essa pesquisa alcançou seus objetivos específicos, entre eles o de identificar nas práticas ambientais, as variáveis de investigação ambiental dos gastos ambientais, baseados no Questionário ISE. Foi observado que tal empresa cumpre com suas obrigações conforme define a legislação e desenvolve projetos direcionados a preservação e recuperação do meio ambiente. Por meio de ações que contribuam para um desenvolvimento sustentável, executa projetos em tecnologias limpas, bem como em tratamento de resíduos, na redução de gases poluentes, na conscientização de sua equipe e de seus consumidores sobre como se utiliza os recursos de forma adequada, entre outras.

No entanto, foi possível verificar na análise dos dados que a Natura não evidencia essas informações nos seus demonstrativos financeiros, já que não foi encontrado, principalmente no balanço patrimonial, dados relativos a tais gastos. Encontra-se informações mais relevantes nos seus relatórios de sustentabilidade. Porém, não é informado os gastos de forma detalhada, porém sabe-se que os investimentos são direcionados aos projetos sustentáveis, mas não são discriminados valores específicos para cada projeto.

Foi possível também verificar nos documentos de análise, como pode ser classificada a evidenciação ambiental da Natura S.A., de forma que a empresa afirma em seus relatórios não possuir passivos ambientais, mas que realiza gastos com a conservação do meio ambiente, bem como investe milhões em projetos que contribuem com o desenvolvimento de seu negócio de forma consciente.

Nesse caso, Freitas e Strassburg (2007) comentam que a evidenciação dos eventos ambientais refere-se às atividades operacionais de cada setor dentro da organização, no qual afeta a sua continuidade. Assim, deve-se registrá-la na contabilidade ambiental os fatos ocorridos e que afetaram diretamente a natureza, evidenciando suas ações e também as decisões preventivas, quanto ao meio natural, através dos seus demonstrativos contábeis ou relatórios gerenciais, entre outros documentos. Buscando nesse aspectos, transparência relacionada a tudo que é feito dentro da produção, publicando informações fidedignas. No caso da Natura, a mesma não evidencia por não existir registros claros do *disclosure* relacionados aos gastos ambientais.

Outro objetivo alcançado foi o de mensurar a evolução (em percentual) dos gastos ambientais encontrados, por meio de uma análise horizontal. Dessa forma, os dados obtidos para a execução dessa tarefa foi através dos relatórios de sustentabilidade, no qual são evidenciado informações relevantes sobre os investimentos e gastos em geral, direcionados ao desenvolvimento sustentável ambiental.

Nos anos analisados, percebe-se que a empresa vem cada vez mais aplicando valores consideráveis em projetos socioambientais direcionados aos recursos hídricos, redução da emissão do GEE, uso de material reciclado, tratamentos de efluentes. Chegando a investigar mais de 150,0 milhões, com uma média de 70% de acréscimo nesses gastos entre 2012 e 2013. Já em 2014, tais gastos ambientais passaram de 30% a mais do valor quando comparado ao ano anterior.

Ao ser verificada a proporção entre gastos ambientais e as despesas operacionais totais no período de análise, verifica-se que a empresa investe em média de 2% a 4% do valor total das despesas operacionais em ações socioambientais. Em 2012, esses gastos se elevaram a 0,28% a mais que 2011. Em 2014, verifica-se um aumento considerável, chegando a 4,39% investidos do total das despesas operacionais desse mesmo ano.

É nesse contexto, que tal pesquisa conseguiu responder a sua problemática: Quais as características que apresentam o *disclosure* de informações ambientais dos gastos da empresa Natura S.A., no período de 2011 a 2014? Diante dos resultados, afirma-se que tal empresa pratica constantes ações que buscam a preservação ambiental e utiliza os recursos naturais de forma consciente. Tem a preocupação de mostrar para sociedade, a transparência de suas atividades, evidenciando legalmente todas as ações ambientais em seus relatórios de sustentabilidade. Verifica-se que existe clareza e detalhamento nos dados divulgados de forma qualitativa e quantitativa em atividades relacionadas ao uso ou

consumo sustentável de produtos e serviços, nas certificações ISO ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes e nas ações direcionadas a Biodiversidade.

Compreende-se que o desenvolvimento sustentável possibilita a continuidade de qualquer negócio, desde que seus gestores tenham a responsabilidade de praticar ações de forma a garantir que tais recursos permaneçam disponíveis nas próximas gerações. É nesse sentido que surge a importância em evidenciar todos os custos e/ou investimentos ambientais nos demonstrativos contábeis da empresa. Pois, só assim o gestor poderá ter uma visão maior de suas necessidades quanto a gestão ambiental.

Recomenda-se para outras pesquisas, que sejam realizadas nos diversos setores industriais, que produzem e necessitam dos recursos naturais como matéria-prima, sendo classificadas como empresas consideradas potencialmente poluidoras. Destarte, essas pesquisas deixariam a conhecimento da sociedade as atividades ambientais, sua evidenciação e mensuração.

Pode-se ainda desenvolver um novo estudo com a empresa Natura, quando a mesma publicar seus dados referente ao esse exercício desse ano vigente de 2015. E com base nestes, comparar com os resultados já obtidos nessa pesquisa, no intuito de identificar qual foi a evolução quanto às práticas de suas ações ambientais.

REFERENCIAS

ABREU, A. S; GALINDRO, B. M; VAN BELLEN, H. M. Relação entre gastos ambientais e níveis de atividades potencialmente poluidoras nas empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Custos**, Natal, RN, 17 a 19 de novembro de 2014.

AMARANTE, W. M. de. **Vantagens obtidas ao se adotar a Responsabilidade Social Empresarial**. Portal dos Administradores, 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/vantagens-obtidas-ao-se-adotar-a-responsabilidade-social-empresarial/995/>. Acesso em: 25/05/2015.

AMARO, H. D; VOESE, S. B. Relação entre gerenciamento de resultado e evidenciação dos gastos ambientais. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 31, p. 123-136, ago. 2014.

ASSIS, P. R .P; BRAZ, E. M. Q; SANTOS, C.L. Contabilidade Ambiental. **Revista Ceciliana** Jun 3(1): 13-16, 2011.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões** 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona,1995.

BM&FBOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. **O que é o ISE - Apresentação**. ISE 2015. Disponível em: <http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>. Acesso em: 01 maio 2015.

BM&FBovespa. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Natura 2012. Disponível em: <http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>. Acesso em: 01 maio 2015.

BM&FBovespa. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Natura 2013. Disponível em: <http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>. Acesso em: 01 maio 2015.

BM&FBovespa. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Natura 2014. Disponível em: <http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1>. Acesso em: 01 maio 2015.

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de Dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial Da União, Brasília, 28 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm>. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. Lei nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. **Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 03 maio 2015.

_____. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. **Dispõe** sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 03 maio 2015.

CARVALHO, G. M. de. **Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática.** 2 Ed. – revista e atualizada. Curitiba: Juruá, 2008.

CHIAVENATO, I. **Administração nos Novos Tempos.** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CORDEIRO, Aieska Mendes G.; CHAVES, Felipe Montenegro. Evidenciação do Conteúdo Ambiental e Social nas Demonstrações Contábeis Publicadas na BM&FBovespa no período de 2001 a 2007. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul/dez 2009. Disponível em: <http://www.aten.org.br>. Acesso em: 5 mai 2015.

DAMIAN, I.P.M; TAMASHIRO, H.R.S; OLIVEIRA, S.V.W.B. **Produção e consumo consciente no setor de cosméticos:** um estudo segundo a ótica dos consumidores de uma empresa de cosméticos. 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/430.pdf>. Acesso em: 02 jun 2015.

DINIZ, K. L. A. **A Evidenciação das Informações Ambientais nas Empresas do Segmento de Calçados Registradas na Bovespa (2006–2009).** Monografia apresentada ao Curso de graduação em Ciências Contábeis como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Campina Grande, Sousa-PB, 2011.

FERNANDES, S. M. Os efeitos do *disclosure* ambiental negativo involuntário: um estudo de evento nas companhias brasileiras com alto índice de poluição. **Revista de Contabilidade e Organizações** (17), 2013, p. 59-72, FEA-RP/USP.

FREITAS, C. C. O.; STRASSBURG, U. Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras. **Anais do VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE, Campus Cascavel, 04 a 06 junho de 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOI, A. F. de. Contabilidade ambiental: um estudo do *disclosure* de informações ambientais, das empresas dos setores de alto impacto ambiental, integrantes do ISE – índice de Sustentabilidade Empresarial. **Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Contabilidade e Finanças, da Pontifícia de São Paulo**. PUC, São Paulo – SP, 2011.181 p.

GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre **Iniciação a Pesquisa Científica**. 5. ed. Revisada e ampliada. Campinas/SP: Alínea, 2011.

IBRACON - Instituto Brasileiro dos Contadores. Normas e Procedimentos de Auditoria – NPA 11: Balanço e Ecologia. **Revogada pela Diretoria Nacional em reunião de 24/05/2011**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br>>. Acesso em: 22 jul 2015.

IMIRANTE. **Segunda empresa mais sustentável do mundo é brasileira**. Sustentabilidade – São Luiz, 2013. Disponível em: <http://imirante.globo.com/mobile/sao-luis/noticias/2013/02/16/segunda-empresa-mais-sustentavel-do-mundo-e-brasileira.shtml>. Acesso em: 12 mai 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade Ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. **XVII Congresso Brasileiro de Contabilidade**, Santos-SP, 2004.

MELLO, Fábio Bandeira de. **O meio ambiente pode valorizar a marca da sua empresa?** 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/entrevistas/marketing/o-meio-ambiente-pode-valorizar-a-marca-da-sua-empresa/1/>. Acesso em: 20 set 2015.

MELO, J.F.M. de; OLIVEIRA, C.E. Evidenciação de custos e despesas ambientais nas empresas do segmento de adubos e fertilizantes registradas na BM&F Bovespa e no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Custos**, Gestão de Custos Pós-Copa 2014 e Pré-Olimpíadas 2016. Natal – RN, de 17 a 19 de novembro de 2014.

MELO, J.F.M. de; DINIZ, K.L.A; BATISTA, F.F. Evidenciação ambiental no setor calçadista: um estudo nas empresas cadastradas na Bovespa. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de**

Custos. A Internacionalização das empresas como fator estratégico para o crescimento. Bento Gonçalves – RS, 12 a 14 de novembro de 2012.

MINATTO, P. R. Gestão Ambiental na prática escolar. Anais Eletrônico – **IV EPISTED – Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação.** Faculdade de Educação/Unicamp. 2012.

NAGATA, Marcelo; VIEIRA, Maria Angélica; SILVA, Raquel Rocha da. **Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa. É possível ser sustentável?** Caso MAPFRE S.A. Portal Rumo Sustentável, 2010. Disponível em: <<http://www.rumosustentavel.com.br/desenvolvimento-sustentavel-e-responsabilidade-social-corporativa-e-possivel-ser-sustentavel-caso-mapfre-s-a/>>. Acesso em: **30 set 2015**

NAUJACK, J; FERREIRA, J.L; STELA, E.R. Contabilidade Ambiental: uma revisão de conceitos. **VII ENPPEX** – Universidade e Gestão Pública: perspectivas e possibilidades. II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da Fecilcam, 2011. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br>>. Acesso em: 30 mai 2015

NATURA. **História – Nossa Jornada.** 2014. Disponível em: <<http://www.natura.com.br/www/a-natura/sobre-a-natura/historia>>. Acesso em: 15 mai 2014.

PORDEUS A. M. de O. G; MELO, J. F. M. de; REIS, C. Q. Evidenciação dos passivos ambientais preconizados no Questionário ISE: um estudo de caso da empresa do setor de Mineração Vale S/A registrada na Bovespa. **Anais do XV Engema - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - Ética e Sustentabilidade Socioambiental na Empresa Inovadora.** Universidade de São Paulo, 02 e 03 de dezembro de 2013.

PORTAL PLANETA ORGÂNICO. Meio Ambiente – as 17 leis ambientais do Brasil. 2015. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/>. Acesso em: 20 mai 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo -ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

RAFFAELLI, S. C. D; AMARO, H. D; SILVA, W. V. da; ALMEIDA, L. B. de. Alisamento de resultados e *Disclosure* ambiental: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia brasileiro. **Revista Ambiente Contábil**, ISSN 2176-9036, UFRN, Natal-RN. v. 6. n. 1, p. 163 – 182, jan./jun. 2014.

RAUPP, F. M; CORREIA, C. L; FEY, V. A. Gastos Ambientais no Ramo de Geração e Distribuição de Energia Elétrica. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, ISSN 1984-3291, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 15 - p. 26, set./dez, 2009.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (RA). Empresa Natura – 2011, 2012, 2013, 2014.
Disponível em: www.natura.com.br/static/relatorio/pdf/relatoriodeadministracao2014.pdf.
Acesso em: 20 jul 2015.

RELATORIO DE SUSTENTABILIDADE (RS). Empresa Natura – 2011, 2012, 2013, 2014.
Disponível em: <http://www.natura.com.br/www/a-natura/sustentabilidade/>. Acesso em: 20 jul 2015.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROSSATO, Marivane Vestena; TRINDADE, Larissa de Lima; BRONDANI, Gilberto. Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 72-87, jan./mar. 2009.

ROVER, S; BORBA, J. A; BORGERT, A. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? **Custos e @gronegocio on line** - v. 4, n. 1 - Jan/Abr - 2008. ISSN 1808-2882.

ROVER, S; BORBA, J. A; MURCIA, F. D. R. Características dos *disclosure* ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2009, p. 23-36.

SANTOS, D. F. DO; CORREA, M. D; ANTONOVZ, T. Nível de divulgação e de desempenho ambiental nas Empresas que integram o Índice Bovespa: uma análise descritiva. **ConTexto**, Porto Alegre, ISSN (Impresso): 1676-6016, ISSN (Online): 2175-8751, v. 11, n. 20, p. 19-29, 2º semestre 2011.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de. Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP**, São Paulo, FIPECAFI, v.16, n. 27, p. 89 - 99, setembro/dezembro 2009. Disponível em: http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad27/Revista_27_parte_7.pdf. Acesso em: 12 mai 2015.

SILVA, W. M; MELO, J. F. M. DE; BARBOSA, M. DE F. N. Análise de conteúdo da evidenciação dos investimentos e custos ambientais: um estudo nas empresas do segmento de papel e celulose cadastradas na Bovespa no período de 2009 a 2012. **Anais do XX Congresso Brasileiro de Custos**. Custos e Sustentabilidade nos Sistemas de Logística Reversa. Uberlândia – MG, de 18 a 20 de novembro de 2013.

SILVA, Cássia de Araújo; CARVALHO, Virtuosa Pires Cantarelli de. Evidenciação da Informação Contábil Ambiental: um estudo de caso na Petrobrás. **RECONES – Revista de Contabilidade e Negócios do Sertão**, Ano 1, Vol. 1, p. 21-27, abr. 2011.

SILVA, Danielly Ferreira; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental. **R. Inter. Interdisc.** INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 334 – 359, Jul./Dez. 2013.

SOUZA, A. C. de; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, J. E. P; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

Sites Visitados:

<http://www.natura.com.br/www/a-natura/sustentabilidade/>

<http://natu.infoinvest.com.br/ptb/4044/Press-Release.pdf>

<http://www.natura.com.br/static/relatorio/pdf/relatoriodeadministracao2013.pdf>

<http://www.natura.com.br/static/relatorio/pdf/relatoriodeadministracao2014.pdf>